

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico - CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

DANIEL JOÃO DE ANDRADE

**A INCLUSÃO FINANCEIRA E BANCARIZAÇÃO DAS CLASSES MENOS  
FAVORECIDAS NO BRASIL: 1995-2010**

Florianópolis (SC),  
Novembro, 2017

Daniel João de Andrade

**A INCLUSÃO FINANCEIRA E BANCARIZAÇÃO DAS CLASSES MENOS  
FAVORECIDAS NO BRASIL: 1995-2010**

Monografia apresentada ao Departamento  
de Economia e Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito para a obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof.: Dr. Valdir Alvim da Silva**

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,00 na disciplina CNM 5420 Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva  
Orientador

-----  
Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho  
1º Membro da Banca

-----  
Prof. Drdo. Rodolfo Palazzo Dias  
2º Membro da Banca

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelas bênçãos alcançadas. A minha família, pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos, em especial a minha esposa pela prova de amor, incentivo e compreensão ao longo de toda a graduação. A minha querida mãe, que já nos deixou, por me ensinar o valor da educação e por ser um exemplo de fé na minha vida.

Ao Professor Valdir Alvim, pela orientação, paciência e pela compreensão demonstrada.

Por fim, a UFSC, que tanto me orgulho de ter estudado na graduação.

## RESUMO

ANDRADE, Daniel João de. **A Inclusão Financeira e Bancarização das Classes menos favorecidas no Brasil: 1995-2010.** 52 fl. Florianópolis: CNM/UFSC, 2017. Monografia.

Esta pesquisa analisou o impacto da bancarização com a inclusão das classes menos favorecidas no sistema financeiro brasileiro no período de 1995 a 2010. Destaca a origem do sistema bancário brasileiro até a formação de grandes grupos financeiros, e o comportamento do sistema bancário no Brasil neste período, marcado pela instabilidade macroeconômica. A década de 1980 foi tratada como a década perdida cujas características se deram pela forte estagnação do crescimento econômico e pela hiperinflação, período em que os bancos realizavam grandes lucros através das receitas de floating. Aborda-se as dificuldades apresentadas pelas classes menos favorecidas, principalmente em função, da concentração da renda, da falta de educação financeira aliados à falta de políticas de crédito nos bancos, o que afastou essas classes do sistema financeiro brasileiro durante décadas. Destaca-se, as políticas públicas realizadas pelo Estado que propiciou o acesso ao crédito como uma forma de combate à pobreza e ascensão das classes menos favorecidas. Conclui-se que a criação das contas simplificadas serviu como facilitador do acesso ao sistema financeiro e a ramificação do sistema financeiro através dos correspondentes bancários.

Palavras-chave: Bancarização no Brasil; Instabilidade Macroeconômica; Concentração da Renda; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

ANDRADE, Daniel João de. **The Financial Inclusion and Banking of Less Favored Classes in Brazil: 1995-2010.** 52 fl. Florianópolis: CNM / UFSC, 2017. Monograph.

This research analyzed the impact of bankization with the inclusion of the less favored classes in the Brazilian financial system from 1995 to 2010. It highlights the origin of the Brazilian banking system until the formation of large financial groups and the behavior of the banking system in Brazil in this period, marked by macroeconomic instability. The 1980s were treated as the lost decade whose characteristics were due to the strong stagnation of economic growth and hyperinflation, when banks made large profits through floating revenues. It addresses the difficulties presented by the less favored classes, mainly due to the concentration of income, the lack of financial education coupled with the lack of credit policies in the banks, which has removed these classes from the Brazilian financial system for decades. It is worth noting the public policies carried out by the State that provided access to credit as a way to combat poverty and the rise of the less favored classes. It is concluded that the creation of simplified accounts served as facilitator of access to the financial system and the branching of the financial system through banking correspondents.

Keywords: Banking in Brazil; Macroeconomic Instability; Income Concentration; Public policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita inflacionária: Participação no PIB e no Valor da Produção Imputada (%) .....	22
Gráfico 2 - Comportamento da Inflação: 1980 a 1995 .....	24
Gráfico 3 - A rentabilidade das Instituições Financeiras: 1981 a 1991 (%).....	25
Gráfico 4 - Crescimento do Salário Mínimo Real: 1995 a 2010. ....	27
Gráfico 5 - Expansão do Número de Correspondentes Bancários .....	28
Gráfico 6 - Coeficiente de Gini: queda da Desigualdade de Renda: 1995 a 2011 .....	29
Gráfico 7 - Evolução de Depósitos à vista entre 2006 a 2010.....	30
Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo do período da Ditadura até 2010.....	33
Gráfico 9 - Trajetória do Gasto Social Federal de 1995-2010 .....	36
Gráfico 10 - Brasil: população bancarizada: 2002 a 2010 (em milhões) .....	37
Gráfico 11 - Brasil: população abaixo da Linha da Pobreza - 2004 a 2011 .....	38
Gráfico 12 - Evolução do Crédito concedido ao setor Industrial, comercial e de serviços através de políticas públicas.....	39
Gráfico 13 - Taxa de redução da pobreza: 2006 a 2009.....	39
Gráfico 14 - Ascensão das classes menos favorecidas.....	40
Gráfico 15 - O volume de empréstimos: 2006 a 2010 .....	44
Gráfico 16 - Comparativo Febraban: crescimento da População X relacionamento com bancos.....	45
Gráfico 17 - Crescimento Rede de Atendimento bancário: 2006 a 2010.....	46
Gráfico 18 - Crescimento das transações Bancárias: 2006 a 2010 .....	47
Gráfico 19 - O avanço das contas simplificadas: 2006 a 2010 (em milhares) .....	48
Gráfico 20 - Comparativo no uso de tipo de contas: 2006 e 2010 (em milhões).....	48

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 -	Lucro líquido do SFN pós Plano Real: 1995 a 2010.....	27
Tabela 2 -	Evolução do número de contas correntes: 2001 a 2007.....	43

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 -	A Política Social da expansão do crédito: 1995 a 2005 .....	45
------------	---	----

## LISTA DE SIGLAS

BACEN	–	Banco Central do Brasil
BB	–	Banco do Brasil
BBHRJ	–	Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro
BCB	–	Banco Central do Brasil
BNDES	–	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CAMOB	–	Carteira de Mobilização Bancária
CEF	–	Caixa Econômica Federal
CMN	–	Conselho Monetário Nacional
COFIE	–	Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas
CONTRAF	–	Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
EUA	–	Estados Unidos da América
FEBRABAN	–	Federação Brasileira de Bancos
IPCA	–	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
MP	–	Medida Provisória
OCDE	–	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAB	–	Programa Artesanato Brasileiro
PAI	–	Programa de Ação Imediata
PASEP	–	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	–	Produto Interno Bruto
PIS	–	Programa de Integração Social
PNMO	–	Programa Nacional de Microcrédito Orientado
PROER	–	Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro
PROES	–	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
PROINFA	–	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia
PROMINP	–	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
SAC	–	Serviços de Apoio ao Cliente
SELIC	–	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	–	Sistema Financeiro de Habitação
SFI	–	Sistema de Financiamento Imobiliário
SFN	–	Sistema Financeiro Nacional
SUMOC	–	Superintendência da Moeda e do Crédito



## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
LISTA DE GRÁFICOS .....	6
LISTA DE TABELAS .....	7
LISTA DE QUADROS .....	7
LISTA DE SIGLAS. ....	8
<b>CAPÍTULO I -INCLUSÃO FINANCEIRA E BANCARIZAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1. Introdução.....	10
1.1. Tema e problema de pesquisa.....	10
1.2. Objetivos .....	12
1.2.1. Objetivo Geral .....	12
1.2.2. Objetivos Específicos.....	12
1.3. Metodologia do plano de exposição .....	12
<b>CAPÍTULO II - O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DA ORIGEM AOS</b>	
<b>GRANDES GRUPOS FINANCEIROS.....</b>	<b>15</b>
2.1. O Banco do Brasil: chegada da Família Real ao século XX.....	15
2.2. As três grandes crises financeiras de 1857 a 1875: do segundo império até a Guerra do Paraguai .....	17
2.3. Do final da monarquia a ditadura militar: do surgimento do Banco do Brasil à concentração dos anos 1970 .....	18
<b>CAPÍTULO III - O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980 E A REESTRUTURAÇÃO 1990.....</b>	<b>22</b>
3.1. Os bancos na instabilidade macroeconômica no Brasil dos anos 1980.....	23
3.2. A nova realidade dos bancos a partir da estabilização econômica do plano real.....	25
<b>CAPÍTULO IV -A BANCARIZAÇÃO:MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
4.1. A falta de acesso ao crédito.....	31
4.1.1. A crise na Educação Brasileira .....	32
4.2. Políticas públicas.....	35
4.3. O acesso ao crédito .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>

## **CAPÍTULO I - INCLUSÃO FINANCEIRA E BANCARIZAÇÃO**

### **1. Introdução**

O objeto desta investigação é o processo de inclusão financeira e bancarização das classes menos favorecidas no Brasil ocorrido entre o período de 1995 e 2010, mais precisamente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Aborda as políticas públicas executadas durante esse período e que condicionantes do nível de acesso as classes menos favorecidas aos serviços financeiros e o grau de uso desses serviços.

Muitos autores e pesquisadores consideram a bancarização como uma novidade na história bancária brasileira, intensificada fortemente na virada do século XX para o XXI. Com acesso popular a bancos e ao crédito, esse mecanismo institucional defendeu o poder aquisitivo das classes menos favorecidas em uma economia com grande volatilidade cambial e inflacionária, e de certa forma, pôs fim a distinção entre “dinheiro de pobre” e “dinheiro de rico”. Oportunizou às classes menos favorecidas a se protegerem contra a corrosão de seus ganhos através da correção monetária, numa economia fortemente indexada (COSTA, 2015).

Destarte, a tônica principal das políticas públicas de acesso ao crédito é a inclusão no Sistema Financeiro Nacional (SFN) de uma grande massa de pessoas. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o microcrédito era visto como crédito produtivo capaz de alavancar renda, já a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o conceito foi expandido para crédito de pequeno valor, produtivo ou não, capaz de gerar renda. Juntamente com esse programa, houve ainda nesse período, a massificação de contas simplificadas, o estímulo a oferta de crédito via parte do recolhimento do compulsório sobre depósitos à vista e a formação de cooperativas (BARONE, 2008). Essa mudança conceitual, dentro dessa conjuntura, levou a uma ampliação do acesso aos serviços financeiros à grande parte da população brasileira, estimulando a competição entre bancos e cooperativas em resposta ao interesse público (NISKI, 2011).

#### **1.1. Tema e problema de pesquisa**

O tema e a problemática desta pesquisa convergem para os impactos que a

bancarização teve sobre o crescimento econômico e a inclusão e bancarização das classes menos favorecidas no Brasil, entre o período de 1995 e 2010. Teve como pressuposto que as políticas públicas de acesso ao crédito e a massificação de contas simplificadas, a ampliação do acesso aos bancos via correspondentes bancários, e a forte participação de bancos públicos, geraram elos entre o cidadão e o Estado e principalmente a transformação nos indivíduos, na sociedade e no mercado (NETO, 2006).

Neste trabalho o que realmente define bancarização é o nível de acesso a serviços financeiros e o grau de uso desses serviços. Assim, o fenômeno bancarização no Brasil, deve ser entendido não apenas como uma tendência global, mas pela necessidade de inclusão socioeconômica de uma camada expressiva da população brasileira, qual seja, a camada que vive na linha da pobreza ou abaixo dela, as ditas classes menos favorecidas.

Os motivos e razões de uma investigação desta natureza estão centrados na busca pelo entendimento da transformação socioeconômica que o processo de bancarização trouxe ao país, na sua história recente, pós período hiperinflacionário. Essa transformação que possibilitou às centenas de milhares de brasileiros, das camadas menos favorecidas a inclusão no setor financeiro nacional, tão restrito até então às camadas mais elitizadas da população.

Fica evidente que o fim do período hiperinflacionário, estabilização da moeda, fez com houvesse uma reestruturação no sistema bancário brasileiro, pois os altos ganhos oriundos do floating, títulos com taxas flutuantes, já não eram mais possíveis, isso fez com que houvesse uma substituição e consequente criação de novos produtos e serviços (CAMARGO, 2009). Serviços voltados principalmente à grande massa populacional sem acesso aos bancos.

É possível notar um esforço crescente, tanto de atores do governo como parte dos atores do mercado, principalmente relacionados às duas últimas décadas, para se incluir grande parte da população de baixa renda no SFN. A intervenção do Estado nesse processo foi de grande relevância uma vez que criou mecanismos através de políticas públicas de acesso ao crédito, na sua maioria executada por bancos públicos, proporcionando grandes mudanças na geração de emprego e renda. Portanto, a investigação do processo de bancarização complementará estudos das causas do que levou esse processo a ter tanto impacto na vida das pessoas, principalmente as de baixa renda, ditas menos favorecidas.

Destarte, os resultados do processo de bancarização, aliados às políticas públicas de acesso ao crédito e aos bancos, via massificação de contas simplificadas e microcrédito

orientado, exerceram grande papel no crescimento econômico do país e consequente acesso das classes menos favorecidas ao sistema bancário-financeiro. De tal forma que a problemática principal focou nos impactos para o crescimento econômico que a bancarização trouxe, ou em que medida os bancos contribuíram para esse crescimento tendo como questão central o papel do Estado nesse processo.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

O objetivo desta investigação é verificar como o nível de acesso aos serviços bancários, o grau de uso desses serviços, no processo de bancarização, serviram como instrumento de inclusão financeira das classes menos favorecidas no Brasil no período de 1995 a 2010.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- 1) Verificar a falta de acesso ao crédito das classes menos favorecidas;
- 2) Identificar as Políticas Públicas voltadas para bancarização nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010);
- 3) Explicar as várias formas de acesso ao crédito durante o período de 1995-2010 e suas regulações instituídas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), surgidas a partir do processo de bancarização.

## **1.3. Metodologia do plano de exposição**

Segundo Munhoz (1989,) para obter-se sucesso no desenvolvimento de uma pesquisa é importante definir quais critérios serão estabelecidos para o processo de investigação. Neste caso, o método estabelece os roteiros de trabalho; as trilhas que serão percorridas para o conhecimento buscado; e os instrumentos analíticos que serão utilizados. Assim sendo, a metodologia da pesquisa é conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimento do conhecimento científico. Neste trabalho, visando o entendimento do fenômeno da bancarização e impacto sobre a inclusão social no período 1995-2010, de acordo com a classificação de Munhoz (1989), utiliza-se o método analítico, que visa conhecer os fenômenos explicativos e permite uma compreensão de relações de causa e efeito, isto é, como a bancarização permitiu a inclusão das classes menos favorecidas no sistema financeiro

nacional. Este estudo também é composto por um método histórico de investigação a partir do levantamento de acontecimentos históricos acerca das dificuldades de acesso ao sistema financeiro nacional, na tentativa de conhecer o comportamento de determinada realidade. Apresenta um caráter descritivo e preponderantemente compreensivo, pois procura conhecer a realidade, as características e meios de acesso ao sistema financeiro nacional, que a bancarização proporcionou. E por último, é também uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza materiais elaborados, previamente, em fontes escritas: livros, artigos, dissertações, e também os materiais retirados em meios eletrônicos, disponíveis na internet (GIL, 2000).

As ideias aqui apresentadas terão sustentação em dados oficiais das diversas instituições governamentais ou de caráter semelhante. Uma vez coletados, os dados, serão interpretados com base no referencial teórico e metodológico exposto. Serão usados também, quando necessários, gráficos de séries históricas para comprovação de hipóteses e indagações.

Este trabalho será dividido em quatro capítulos. No Capítulo I serão abordados a introdução (tema e problema de pesquisa), o objetivo geral e os objetivos específicos, os procedimentos metodológicos e a estrutura do trabalho. O Capítulo II trata de fazer uma revisão sobre o surgimento dos bancos no Brasil, abordando origem, que tem como marco de sua fundação, a chegada da Família Real em 1808, até a formação dos grandes grupos financeiros, que vai até a metade do Século XX; As Três Grandes Crises Financeiras, que compreende o período de 1857 a 1875 até a Guerra do Paraguai (1864 a 1870); finalizando o capítulo, a abordagem recai sobre o período do final da Monarquia até a Ditadura Militar, que tem como pontos principais o surgimento do Banco Brasil até concentração dos anos 1970; para tal empreitada, foi realizada basicamente uma leitura da obra de Alexis Cavicchini Teixeira de Siqueira, a história dos bancos no Brasil: das casas bancárias aos conglomerados financeiros. No Capítulo III se faz uma descrição do sistema bancário brasileiro nas décadas de 1980 e sua reestruturação a partir da década de 1990. Este capítulo aborda o período hiperinflacionário da chamada década perdida, período este de grande rentabilidade aos bancos. Com uma inflação acelerada os bancos se expandiram rapidamente graças aos grandes lucros oriundos do “Float”; aborda-se também o reflexo que a estabilização da economia, trazida pelo Plano Real, e a reestruturação que os bancos tiveram que passar, aqui demonstrado através de gráficos, leituras de revistas eletrônicas, blogs e relatórios Febraban e Banco Central do Brasil. No Capítulo IV apresenta-se o processo da bancarização como mecanismo de inclusão social. Este capítulo trata basicamente dos objetivos específicos deste trabalho, aonde se discutem os motivos a partir de pesquisa bibliográfica, dissertações,

artigos, dissertações, revistas eletrônicas e blogs. Da falta de acesso ao crédito pelas classes menos favorecidas no Brasil, aborda-se principalmente a questão da crise da educação brasileira; identifica-se as políticas públicas voltadas para inclusão das classes de baixa renda ao Sistema Financeiro Nacional e, colocando de maneira clara, as várias formas de acesso ao crédito criadas durante o período de 1995 a 2010. Finalmente o Capítulo V, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

## **CAPÍTULO II - O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DA ORIGEM AOS GRANDES GRUPOS FINANCEIROS**

Este capítulo mostrará como ocorreu a formação do sistema bancário brasileiro, abordando basicamente 4 pontos essenciais: A origem do Sistema Bancário em 1808, com a criação do Banco do Brasil por D. João VI, até 1950; A reforma bancária de 1964, pós golpe militar; A concentração bancária a partir de 1970, e a Reestruturação do sistema bancário nos anos de 1980 e 1990.

### **2.1. O Banco do Brasil: chegada da Família Real ao século XX**

No mesmo ano da chegada da Família Real ao Brasil, motivada pela pressão da invasão francesa, em 1808, tem início o Sistema bancário no Brasil a partir da criação do Banco do Brasil (BB), em 12 de outubro daquele ano. Tendo sido o primeiro banco a ser criado durante todo o império português, incluída a própria metrópole (SIQUEIRA, 2007, p.32). O Banco do Brasil possuía algumas atribuições como banco de desconto, de depósitos, de emissão e de câmbio. Além disso, detinha privilégios quanto à exclusividade no recebimento de certos recursos. Desse modo, o banco receberia comissão pela venda de produtos, cuja negociação era exclusiva da Fazenda Real: pau-brasil, depósitos judiciais e extrajudiciais de metais preciosos, assim como a demanda pelos bilhetes do banco pelo setor público estava garantida, além de serem proibidas a penhora e a execução fiscal e civil sobre as ações deste banco (SIQUEIRA, 2007, p.33).

Para Siqueira, os primeiros anos do Banco do Brasil não foram muito produtivos. Fatos como a falta de moeda metálica devido ao excesso de emissões e do deságio, consequência de uma balança comercial deficitária, levou temor a população e provocou uma “corrida bancária”, com medo de que as notas emitidas pelo Banco se tornassem moeda “podre”, fato este corroborado pelo retorno da Família Real para o Reino de Portugal, e porque as notas do banco não tinham uso em outros países, pois só aceitavam moedas metálicas. (SIQUEIRA, 2007, p.34).

Logo após a liquidação do Banco do Brasil, ocorrida em 1829, o país ficou praticamente quase 10 anos sem qualquer banco, o que fez com que no final da década de 1830, houvesse um estímulo do governo para a criação de bancos privados no país,

destacando-se o banco do Ceará, que funcionou de 1836 a 1839; e outras instituições foram criadas no Pará, no Maranhão e na Bahia na década de 1840. O Banco Comercial do Rio de Janeiro surgiu em 1838 com as operações de receber depósitos, descontar letras, fazer cobrança e operações de câmbio e negociar títulos do governo e, posteriormente, emitir moeda (SIQUEIRA, 2007, p.37).

Em 1851, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), cria o seu banco, batizando-o sugestivamente como Banco do Brasil, disputando a concorrência com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em 1853 ocorre a primeira fusão bancária no Brasil, exatamente entre os rivais, Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil de Mauá, que por iniciativa de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, pelo decreto n.653 de 5 de julho de 1853, dá origem ao novo Banco do Brasil, que apesar de suas ligações com o governo, era considerado estabelecimento privado (BB, 2010). O Banco do Brasil recebeu o privilégio de emitir notas nas estações públicas e foi o único banco emissor até 1857, e a partir 1866, o Tesouro Nacional monopoliza a emissão, tornando-se então o único emissor.

A expansão das atividades bancárias foi contínua durante a segunda metade do século XIX. Destacavam-se nesse período dois bancos nacionais: o Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro (BRHRJ), criado em 1854, e o Banco Comercial e Agrícola, criado em 1857, como bancos de depósitos e de desconto de títulos. Bancos estes impulsionados pela grande atividade do agronegócio, ou melhor a atividade cafeeira (SIQUEIRA, 2007, p.66).

Fato importante a ser registrado, (SIQUEIRA, 2007, p.46), foi a criação das caixas econômicas, com a função de fomentar a poupança popular. Que mais tarde foram regulamentadas a partir da promulgação da Lei n.º 1083 ou Lei dos Entraves, em 1860. D. Pedro II assinou em 12 de janeiro de 1861 o Decreto n.º 2.723, sancionando então o surgimento da Caixa Econômica da Corte, mais tarde se tornando a Caixa Econômica Federal (CEF). A Caixa Econômica, que tem como objetivos a concessão de crédito e estimular a poupança. Exercendo grande função social, a Caixa se torna o Banco do mais humildes, o testemunho mais marcante é o fato de muitos escravos só terem conseguido comprar suas liberdades devido a cadernetas de poupanças que abriram na Caixa Econômica (SIQUEIRA, 2007, p.52).

No período imperial ocorre a instalação dos primeiros bancos multinacionais no país. Em 1863, pela necessidade de alguns comerciantes ingleses, interessados em negócios no Brasil, são inaugurados o *London & Brazilian Bank* e, em 1865, o *The Brazilian and Portuguese Bank*, ambos sediados no Rio de Janeiro. Logo concentraram suas atividades



junto aos portos do país e passaram a concorrer com os bancos brasileiros e os bancos de investimento na Inglaterra. A maior fonte de receita destas instituições advinha das operações cambiais, além da cobrança de tarifas e da arbitragem (SIQUEIRA, 2007, p.67).

## **2.2. As três grandes crises financeiras de 1857 a 1875: do segundo império até a Guerra do Paraguai**

No segundo Império, os bancos brasileiros enfrentaram três severas crises financeiras, em 1857, 1864 e 1875. Sendo as de 1857 e 1875 motivadas por razões externas enquanto a de 1864 motivada por política econômica muito recessiva. O Banco do Brasil teve importante papel nessas crises, através de atividades de redesconto, impedindo assim a quebra generalizada do setor, socorrendo os demais bancos, inclusive os dois bancos ingleses que se beneficiavam com a transferência de depósitos dos correntistas, pois eram considerados mais seguros (SIQUEIRA, 2007, p.72)

A crise de 1857 teve sua origem na queda do preço internacional das commodities, um grande pânico toma conta dos Estados Unidos, aumentando assim as importações de ouro, sendo que essa maior demanda por metal foi direcionada para a Inglaterra, maior centro financeiro da época, fazendo com que elevasse substancialmente a taxa de desconto, esse mecanismo fez com que houvesse uma grande atração de fluxo do metal de várias países, inclusive o Brasil, fazendo com que os comerciantes resgassem seus títulos, em ouro, junto ao Banco do Brasil, fazendo com que suas reversas diminuíssem, a crise foi contornada por intermédio da casa bancária de Mauá e, posteriormente, o mercado internacional já havia se recuperado, os comerciantes tiveram acesso ao crédito restabelecido e puderam financiar suas exportações e importações, aumentando assim a oferta de divisas e a demanda por ouro caiu.(SIQUEIRA, 2007,.72)

A Segunda crise se instalou em 1864 com a quebra da maior casa bancária em atividade no Rio de Janeiro, a Casa Souto, que inesperadamente encerrou suas atividades, causando grande pânico na população, fazendo que houvesse literalmente uma grande corrida aos bancos, a chamada corrida bancária, havendo até intervenção policial, tal o desespero dos clientes. Neste episódio, a intervenção do Banco do Brasil foi imediata, suspendeu a conversibilidade três dias após a quebra da Casa Souto, foi generoso na concessão de redesconto e socorreu outros bancos, como o de Mauá, o Banco Rural Hipotecário e dois Bancos Ingleses, fazendo assim a função de prestador de última instância. Essa ação impediu a quebra do sistema, porém não poupou a Casa Souto, que quebrou. A partir desse

episódio os bancos tornaram-se mais cautelosos (SIQUEIRA, 2007, p.73).

A crise que atingiu o Brasil em 1875, considerada a maior crise do século XIX, foi consequência da crise que atingiu o mercado mundial em 1873, os fatos ocorridos foram uma repetição do que ocorrerá em 1857: aumento da taxa de juros na Inglaterra e mais uma vez há transferência de divisas para aquele país. Até 1870, data que marca o final da Guerra do Paraguai, a política monetária adotada pelo governo foi expansionista, o governo não estava muito preocupado com taxa de câmbio, queria mesmo era financiar seus gastos com a Guerra. Com a crise instalada, o governo mantém uma política contracionista, isso levou várias casas comerciais e bancos a falência, inclusive a Casa Bancária Mauá. A escolha dos bancos a serem socorridos foi extremamente política e, até hoje, se discutem as razões da recusa á Mauá (SIQUEIRA, 2007, p.74).

A Guerra do Paraguai deixou o país em uma situação econômico-financeira muito difícil, pois os gastos do governo foram pesados, gerando uma crise sem precedentes, influenciando todo o mercado financeiro. O governo, então, começa a tentar conter a crise tirando do Banco do Brasil o privilégio de emissão de títulos do governo e passa para o Tesouro nacional, em 1866, a tutela, isso eliminaria os gastos com juros com o Banco do Brasil, oriundos do financiamento da Guerra (SIQUEIRA, 2007, p.75).

### **2.3. Do final da monarquia a ditadura militar: do surgimento do Banco do Brasil à concentração dos anos 1970**

Ao término do período monárquico, uma grave crise se instala na produção cafeeira do Brasil, gerada pela abolição da escravatura. Os escravos eram uma garantia de crédito de financiamento dos fazendeiros. Tal fato fez com que os produtores exercessem uma forte pressão por mudança na política monetária para maior liberdade de atuação dos Bancos. Os fazendeiros exigiam crédito fácil e políticas imigratórias que facilitasse a entrada no país de mão de obra em abundância, o que motivou em 1888 a reforma bancária. A reforma tinha como objetivo descentralizar a emissão, ou seja, criação de outros bancos emissores. Foi nesse ambiente que surgiu o Banco Nacional, criado pelo então chefe de Governo Visconde de Ouro Preto. Ruy Barbosa, então ministro da fazenda, aprofundou as reformas, objetivando o apoio da elite consolidando a recém proclamada república (SIQUEIRA, 2007, p.88).

No início dos anos 1890, outros bancos foram autorizados a emitir: os Bancos dos Estados Unidos do Brasil, o Banco do Brasil e mais quatro bancos regionais, inicialmente

estavam autorizados a emitir lastreados em ouro. Porém com a forte crise de confiança, gerada pelo fim da monarquia, foi autorizado a emissão com lastro em títulos do Tesouro. Tal situação fez com que os Bancos trabalhassem excessivamente alavancados, ou seja, em certos casos a atitude dos bancos não mera fraude. Em dezembro de 1890 houve a fusão do Banco Nacional com o Banco dos Estados Unidos do Brasil, nascendo aí o Banco da Republica e mais tarde se fundindo com o Banco do Brasil, criando-se assim o Banco da República do Brasil. Em 1905 o Banco foi estatizado e mudou o nome para Banco do Brasil, que mantém até hoje (SIQUEIRA, 2007, p.89-90).

De acordo com Siqueira após esse período de grandes turbulências econômico-financeira e a reorganização do Banco do Brasil em 1905, os Bancos que conseguiram sobreviver, adotaram uma política muito cautelosa, com concessões de curto prazo e sem se aventurarem em investimentos de longa maturação (SIQUEIRA, 2007, p. 94)

O impacto devastador da Crise de 1929 nos países centrais sobre o sistema bancário, que nos EUA, provocou a quebra de aproximadamente 6 mil bancos. No Brasil a recessão foi mais branda que nos outros países, apresentando sinais positivos já em 1932, permanecendo dessa forma até o final da década. O mais importante para nossa história bancária é que nesse período apenas um Banco veio a falência, o Banco Pelotense do Rio Grande do Sul, assumido posteriormente pelo governo estadual. Tal fato devesse a política econômica anticíclica e keynesiana adotada neste período, aumentando os seus gastos e impulsionando a atividade econômica, reduziu os efeitos da crise econômica. A emissão de papel-moeda para financiar esses gastos, resultou na elevação no meio circulante, em 1931 (SIQUEIRA, 2007, p.104-105).

Já durante os anos 1940 surgem importantes bancos brasileiros de capital privado, em função da diminuição da participação no sistema bancário no Brasil dos bancos estrangeiros, é nessa lacuna que surgem os bancos: o Banco Brasileiro de Desconto (Bradesco); o Banco Central de Crédito S.A.; o Banco Sul Americano e o Banco Nacional. Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) no BB pelo Decreto-Lei 7.293, que viera ser a precursora do Banco Central. Exercendo o controle do mercado monetário. A Sumoc assumiu as atribuições da Carteira de Redescoto (Cared) e da Caixa de Mobilização (Camob) e passou a receber com exclusividade os depósitos dos bancos (SIQUEIRA, 2007, p.126-127).

Durante os anos de 1954 a 1963, o país viveu um período de grandes mudanças no cenário político e econômico. Juscelino Kubitschek, então presidente da República, com uma ideologia desenvolvimentista, implanta o Plano de Metas, com a seguinte filosofia: Fazer em

5 anos o que se levaria cinquenta, o famoso cinquenta anos em cinco, criou a nova capital federal, Brasília. Um período muito favorável ao setor bancário, pois a economia alavancava todos os seus ativos. O grande problema vivido pelos bancos era o baixo nível de educação do quadro funcional, muitos só possuíam o ensino primário (SIQUEIRA, 2007, p.135).

Em 1964 ocorre o golpe militar, que destituiu o então presidente João Goulart. Nesse período o governo golpista apressou o processo de modernização do sistema financeiro brasileiro, muito em virtude da desorganização que se encontrava, onde proliferavam aventureiros e falcatuas em geral. A partir da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, o então ministro da fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões reúne seus assessores e elabora um plano para sanear o mercado financeiro; gerar crescimento econômico e o financiamento da dívida pública. Bulhões criou duas instituições de extrema importância para o Sistema Financeiro Nacional: o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), expurgando todas as mazelas do sistema financeiro nacional. “Incompetentes e desonestos” não tinham mais espaço tamanho a organização exigida pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central assumiu a carteira de redesconto da SUMOC, a CAMOB e Carteira de Câmbio do banco do Brasil. Foram atribuídas ainda as funções de emissor de moeda, execução de serviços de meio circulante, operações de redesconto, recebimento de depósitos compulsórios e voluntários dos bancos. Ao CMN foi reservado o papel de formulador de política monetária e de crédito além de normatizar todo o sistema financeiro (SIQUEIRA, 2007, p.146-147).

O que se viu, a partir de 1967, foi uma grande concentração do setor, estimulado pelo próprio governo militar, pois segundo o pensamento dominante do período, a Teoria de Escala, os bancos poderiam se beneficiar de ganhos de escala(bancos de grande porte obteriam ganhos maiores, reduzindo-se os custos unitários). O Governo agiu rápido criando algumas medidas como a circular 18, que limitava a abertura de novas agencias, em 1966 apenas duas agencias por banco. O Governo continuou apertando com novas normas regulatórias, como: aumento de capital; redução dos índices de imobilização, estabelecida pela relação capital próprio/depósito à vista, que anteriormente era de 1 para 10, passou a ser de 1 para 15. Esses mecanismos geraram grande concentração, pois para não quebrarem, os bancos começaram a fazer fusões e incorporações, levando a criação da COFIE - Comissão de Fusão e incorporação de empresas (SIQUIERA, 2007, p.149).

Assim, em 1970, os 40 maiores bancos comerciais privados detinham 4/5 dos ativos de todos os bancos comerciais: 15 instituições nacionais, 23 bancos nacionais privados e 2 bancos estrangeiros. Do total de empréstimos, o Banespa fornecia 16%, o maior banco

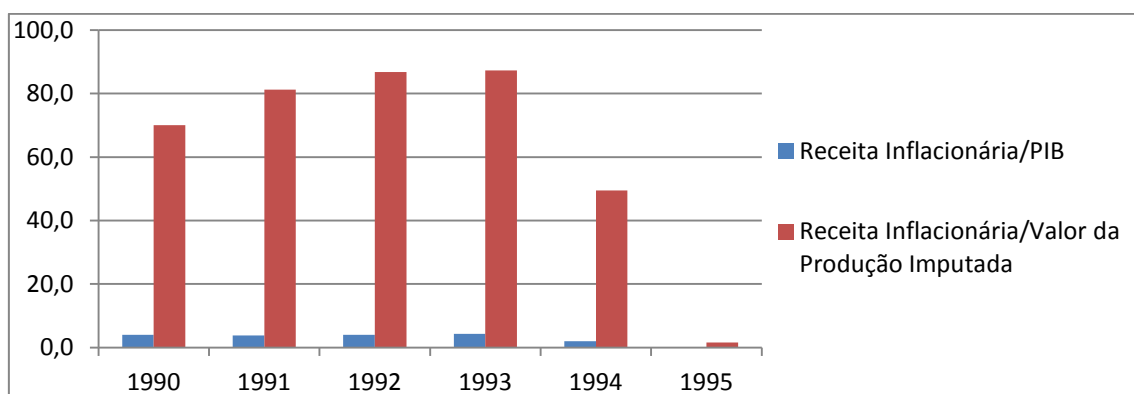
privado (Bradesco) cerca de 7% e o maior banco estrangeiro, o Citibank, cerca de 6% (GOLDSMTIH, 1986).

### CAPÍTULO III - O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1980 E A REESTRUTURAÇÃO 1990

Este Capítulo trata do Sistema Bancário Brasileiro, durante o período inflacionário, na década de 1980 e da reestruturação 1990. Nos anos de 1980 ocorreu uma expansão do aparato bancário, apesar de não existir ainda um desenvolvimento de um sistema regional ou nacional. Sob o ímpeto de uma acelerada inflação, o sistema bancário expandiu-se rapidamente em termos de agências, funcionários e prédios, ao passo que o número de bancos se reduziu substancialmente (GOLDSMITH, 1986).

Segundo Caballero (2013), a principal conclusão é que o processo de hiperinflação foi extremamente lucrativo para os bancos e impulsionou sua expansão em mercados isolados. Do mesmo modo, a retomada da estabilidade econômica na segunda metade da década de 1990 (com a implantação do Plano de estabilidade econômica, Plano Real, em 1º de julho de 1994, já no Governo Fernando Henrique Cardoso) cessou esse processo de lucro com hiperinflação, vivida ao longo dos anos 1980 e início da década de 1990, uma vez que as receitas com o “float”, ou ganho com passivos sem encargos deduzidos da perda com ativos não remunerados, deixam de existir. Estas receitas, que atingiram 4% do PIB no período 1990-93, foram reduzidas a 2%, em 1994, e a 0,1%, em 1995 (gráfico 1). Em termos do valor da produção bancária imputada, as receitas inflacionárias, que representavam 87,3% em 1993, reduziram-se para 49,5% em 1994, e 1,6% em 1995 (CORAZZA, 2001).

**Gráfico 1 - Receita inflacionária: Participação no PIB e no Valor da Produção Imputada (%)**



Fonte: IBGE/ANDIMA, 1997.

Elaboração: Autor

### **3.1. Os bancos na instabilidade macroeconômica no Brasil dos anos 1980**

Comumente, os anos 80 são chamados de década perdida no que se refere ao fraco desenvolvimento econômico vivido pelo Brasil e por outros países da América Latina. Esse período de estagnação formou-se com uma retração agressiva da produção industrial. Na maioria destas nações, os anos 80 são o mesmo que crise na economia, inflação, crescimento baixo do Produto Interno Bruto (PIB), volatilidade de mercados e aumento da desigualdade social. No cenário internacional, mais precisamente em 1979, ocorre o segundo choque do petróleo, aliado a elevação das taxas de juros internacionais causaram o aumento da inflação, aumentando significativamente o déficit público. A dificuldade de renovação dos empréstimos externos levou a moratória Mexicana em 1982 e do Brasil em 1987. Esse fato gerou um círculo nada virtuoso, o Governo para financiar seu déficit, emitia ainda mais títulos da dívida pública (CARNEIRO; MODIANO, 1992).

O Brasil vinha de um período de crescimento médio de 7% a.a., vivenciado nos anos 70 e que durante os anos 80 caiu para 2%. Além disso, o aumento das taxas internacionais de juros ocasionou uma elevação gigantesca da dívida do Brasil com os EUA, além do aumento do déficit público. A dívida interna, por sua vez, trilhava o mesmo rumo, aumentando cada vez mais por causa da política fiscal expansionista do Governo brasileiro. Todo crescimento vivido durante os anos 70, período conhecido como milagre econômico, foram enterrados nos anos 80.

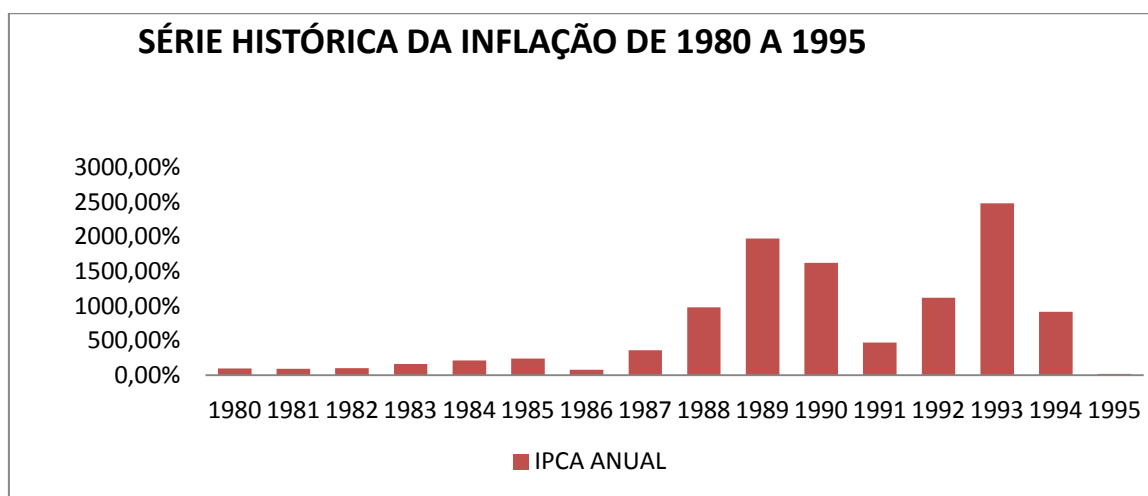
De acordo com o jornalista Sanderson Oliveira (2005), em matéria publicada no portal Centro de Mídia Independente (CMI); a década de 80 não foi de um todo ruim para o país na medida em que as pressões sobre o governo militar foram tantas e insuportáveis frente à crise que se instalou no Brasil, que em 1985 iniciava-se a nova república com a eleição de um presidente civil pelo voto indireto que seria a porta de entrada para a retomada da democracia. Pelo menos no campo cívico o país teve um grande avanço nos anos 80. Dentro desse contexto, o período de 1980 a fevereiro de 1986, foi uma época de grande lucratividade dos bancos, com inflação crescente, o float do dinheiro dos clientes em depósitos à vista, que eram aplicados em títulos da dívida, à medida que a inflação e os juros subissem, mais os bancos lucravam (SIQUEIRA, 2007, p.188-189).

Dentro deste panorama conturbado da economia surgem diversas tentativas de reformas monetárias e ocorre a adoção de planos como o Plano Verão, Plano Bresser e Plano Cruzado.

O processo de hiperinflação foi muito lucrativo para os bancos no Brasil. Foi o que apontou Bárbara Caballero (2013), mestre pelo Departamento de Economia da PUC-Rio. O estudo busca medir a contribuição da inflação na expansão do número de agências bancárias nas últimas três décadas, na visão de que o acesso a serviços bancários é essencial ao desenvolvimento econômico.

A inflação contribuiu com o aumento do número de agências de banco, principalmente em municípios pequenos, analisou Caballero (2013). A autora explicou que, em períodos de hiperinflação (onde as taxas anuais ficam acima de 100%), uma agência bancária possuía mais incentivos econômicos para ser aberta em municípios com poucos habitantes. Ficam evidentes o elevado número de agências no início dos anos 1980, sua abrupta contração a partir de 1995 e a relativa estabilização nos últimos 10 anos, movimento acompanhado estreitamente pela série da inflação.

**Gráfico 2 - Comportamento da Inflação: 1980 a 1995**

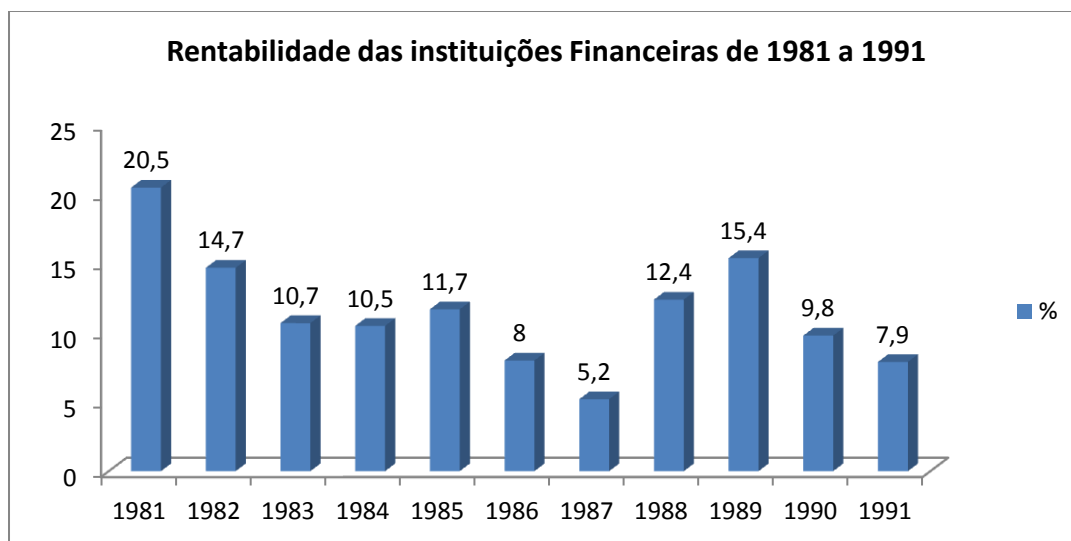


Fonte: IBGE, 2017

Elaboração: própria do Autor

Os efeitos favoráveis se ampliaram em função das políticas econômicas implantadas para abrandar os impactos da crise cambial do setor privado. Funcionava como proteção aos rentistas, especificamente aos detentores de títulos da dívida pública, tais políticas amplificaram os ganhos dos bancos reduzindo, ao mesmo tempo, os riscos da crise que se encontrava o país.



**Gráfico 3 - A rentabilidade das Instituições Financeiras: 1981 a 1991 (%)**

Fonte: Revista Visão, maio, 1992

Elaboração: própria do Autor

### **3.2. A nova realidade dos bancos a partir da estabilização econômica do plano real**

Após um período extremamente duro para a população brasileira, vivida na década de 1980 e início da década de 1990, após várias tentativas de planos de estabilização da economia sem êxito, finalmente, a partir de 1º de julho de 1994 ocorre a implantação do Plano Real. Como unidade de conta e medida de valor, que foi extremamente bem sucedido no combate à inflação, pois ao contrário dos planos anteriores, não congelava preços, trazendo uma sensação de prosperidade, uma melhora ao acesso a bens de consumo, viagens ao exterior e produtos importados.

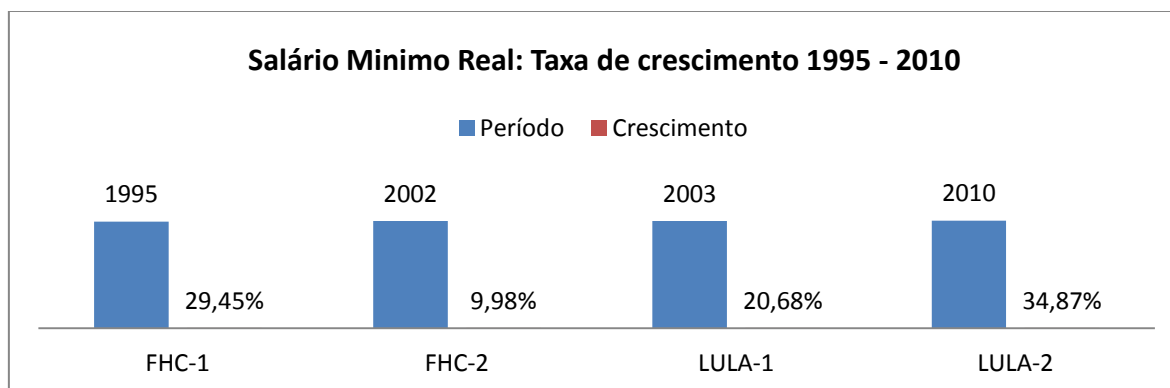
Assim como a população, que teve que se adequar a essa nova realidade econômica, não foi diferente para os bancos. Houve uma forte reestruturação no setor bancário brasileiro, pois a partir da estabilização houve uma drástica redução nos ganhos dos bancos que lucravam muito com a inflação. Somando-se a isso, a competição de grandes conglomerados financeiros, pela entrada de instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional, o que acarretou em problemas de solvência de muitas instituições bancárias. O cenário era de total desconfiança, fuga de depósitos para bancos considerados seguros: bancos estatais e os grandes bancos privados, principalmente Bradesco e Itaú e alguns bancos estrangeiros (SIQUEIRA, 2007. 233).

Então em 1995, já no início do primeiro mandato do recém eleito presidente Fernando Henrique Cardoso, após a liquidação dos bancos privados Nacional, Econômico e Bamerindus e, a intervenção pelo Banco Central em bancos públicos como: Banespa e Banerj, surge o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e Financiamento (Programa de ajuda aos Bancos) para socorrer o sistema bancário, via intervenção ou liquidação pelo Banco Central e o PROES para sanear os bancos públicos, que entre outubro de 1995 e março de 1997 custou aos cofres público algo em torno de 1 bilhão de reais.

O que se viu posteriormente a esse período foi a grande concentração do setor bancário. Redução de 72% dos bancos públicos e, mesmo que a redução da quantidade de bancos privados não tenha sido tão grande, do ponto de vista da concentração, oriunda pela adesão do Brasil ao “Consenso de Washington”, a participação dos 20 maiores bancos nos ativos totais do segmento bancário, chegou a 80%. Assim, a perda da grande lucratividade, oriunda das receitas do floating, uma das principais fontes de receita, como movimento interno, a concentração do setor, trazidas pela estabilização da economia, com a implantação do Plano Real, foram compensadas com a expansão do crédito e de capitais, á taxas de juros altas, quando comparadas ás médias mundiais, e a cobrança de tarifas sobre serviços. Houve racionalização dos custos, informatização dos processos, investimentos em automação e tecnologia, bem como redução do número de agências e redução expressiva do quadro funcional, que entre 1989 e 1997, representou um corte de aproximadamente 100 mil empregos.

Por outro lado, a estabilização da economia trazida pelo Plano Real, proporcionou um aumento expressivo dos ganhos reais para os trabalhadores e a consequente ascensão das classes sociais menos favorecidas, definidas como classes C e D, como resultado desse processo, houve uma forte demanda por serviços bancários, uma vez que a partir da estabilização e crescimento da economia, permitiram a manutenção do nível de renda da população.

Com o aumento do nível de renda e emprego, houve uma explosão no mercado de crédito e de capitais, principalmente no Governo Lula, pois durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, os bancos ganharam muito com operações com o mercado financeiro, uma vez que a taxa básica de juros batia o recorde de 45% ao ano.

**Gráfico 4 - Crescimento do Salário Mínimo Real: 1995 a 2010.**

Fonte: IPEA Data, 2011

Elaboração: própria do Autor

**Tabela 1 - Lucro líquido do SFN pós Plano Real: 1995 a 2010**

Governo	Total acumulado (*)	Média anual (*)
Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)	R\$ 63,63 Bilhões	R\$ 7,95 Bilhões
Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010)	R\$ 254,76 Bilhões	R\$ 31,84 Bilhões

(\*) valores corrigidos pelo IPCA

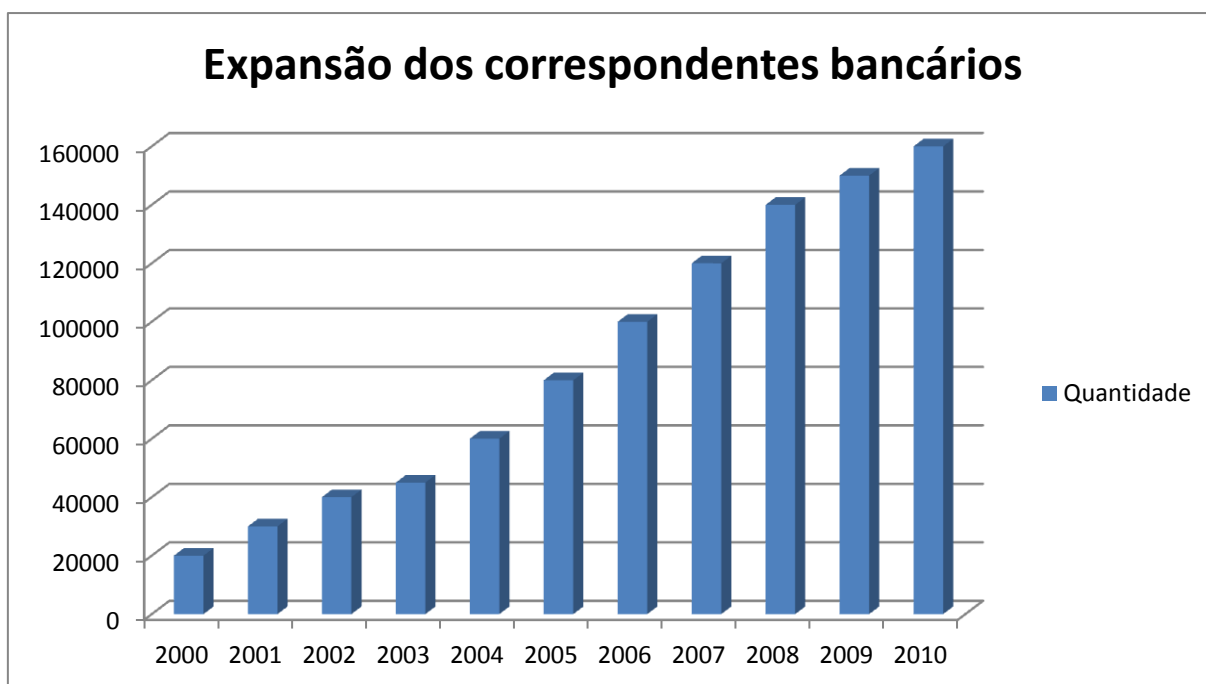
Fonte: Bacen, 2011

Elaboração: própria do Autor

Neste Cenário, o setor bancário ficou cada vez mais segmentado para atender melhor seus públicos e oferecer o melhor serviço a cada um deles e, o principal meio para atingir tal meta, é a utilização da tecnologia. Novos canais foram desenvolvidos, como: *Internet Banking* e *Mobile* e os mais tradicionais foram aperfeiçoados, como: atendimento em agências, caixas eletrônicos (*ATM's – Automatic Teller Machine* - em inglês), e *contact center*. As casas Lotéricas se tornaram praticamente uma extensão da Caixa Econômica Federal e, correspondentes bancários, que a partir do ano 2000, com as resoluções 2640 e 2707 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e são agentes financeiros que atuam principalmente na expansão do crédito. O número de instalações vem crescendo muito rapidamente, o que era aproximadamente 20 mil no ano 2000, saltou para 130 mil em 2008, esse processo levou acesso aos serviços bancários a praticamente todos os municípios. Abrindo caminho para a

grande mudança que veio a seguir no Sistema financeiro nacional, a bancarização das classes menos favorecidas, que ao longo da história, esteve sempre a margem do sistema bancário, o que não podemos confundir bancarização com a simples posse de uma conta corrente, mas o nível de acesso a serviços financeiros e o grau de uso de serviços é o que realmente define bancarização.

**Gráfico 5 - Expansão do Número de Correspondentes Bancários**



Fonte: Relatório Anual Febraban, 2010

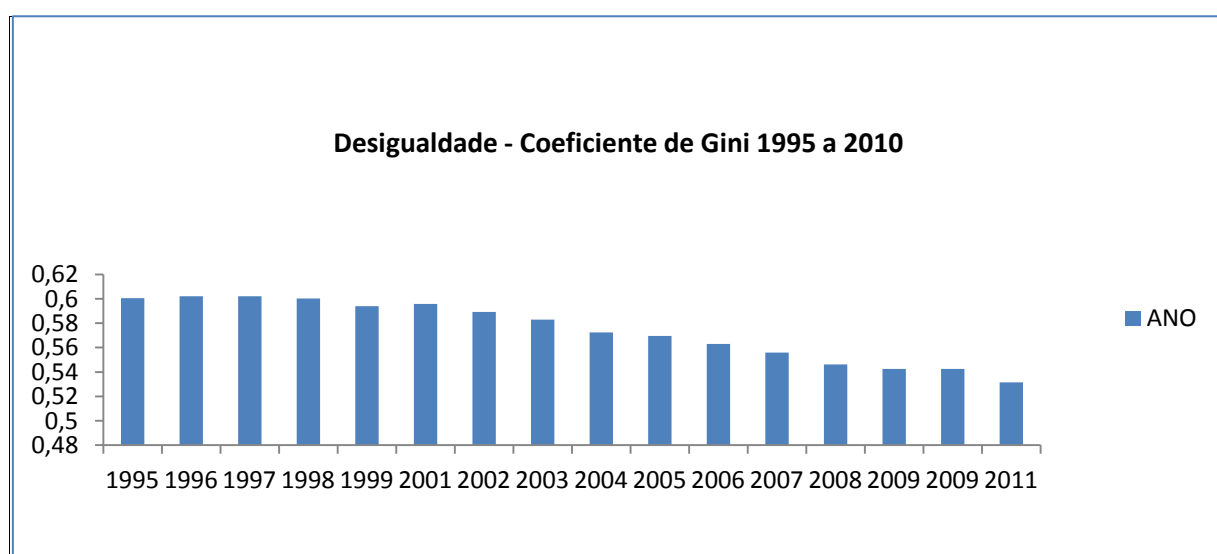
## CAPÍTULO IV - A BANCARIZAÇÃO: MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL

A partir de 1995, num cenário de estabilidade de preços e geração de empregos, fruto de incentivo ao investimento, que permitiram a manutenção do nível de renda, principalmente das classes ou camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, gerado de forma robusta por políticas econômicas expansionistas, esse ambiente propiciou uma demanda acelerada por acesso ao sistema financeiro, e consequente inclusão social.

Pacievitch (2013), define a inclusão social como sendo um termo que se refere a interposição de pessoas que possuam alguma deficiência, como: a falta de escolaridade, pessoas fora do mercado de trabalho, ou melhor, pessoas que vivem à margem, sem quaisquer oportunidades dentro da sociedade, consideradas excluídas por várias razões socioeconômicas, como por exemplo: raça, gênero, falta de acesso a tecnologias. Nesse sentido, a bancarização tem como propósito inserir esses indivíduos no sistema financeiro como clientes de um banco.

O acesso da população aos bancos, ou melhor, a produtos e serviços financeiros, gera desenvolvimento econômico, que é fato gerador da inclusão social e, por sua vez proporcionando redução das desigualdades sociais.

**Gráfico 6 - Coeficiente de Gini: queda da Desigualdade de Renda: 1995 a 2011**



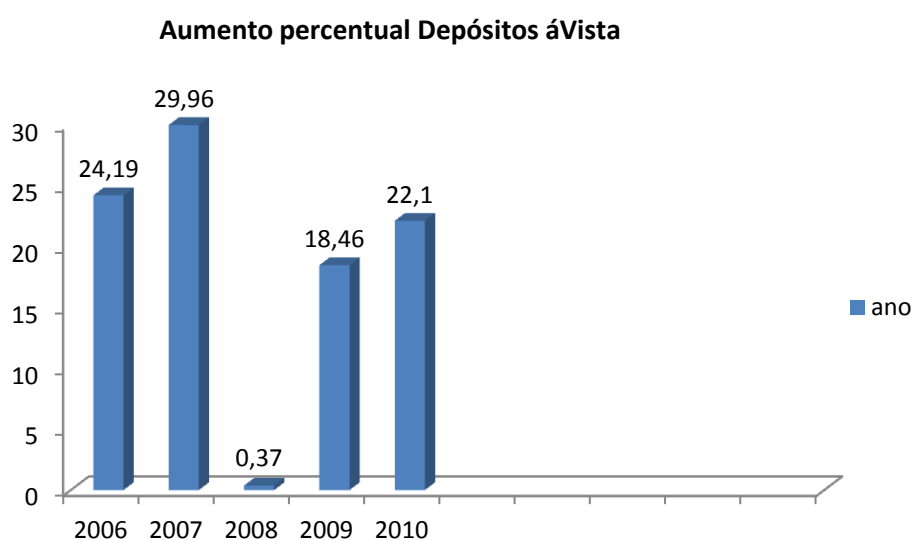
Fonte: Febraban, 2012

A inclusão das classes menos favorecidas, chamadas classes C e D, que detém em sua

grande maioria renda entre zero e dez salários mínimos e com nível de escolaridade baixo, traz as instituições financeiras lucros exorbitantes, pois o risco é controlado, a margem do “calote” é muito baixa. Mesmo com uma média de renda não alta, esses clientes pagam suas contas em dia. Nesse contexto, os bancos abrem uma frente de competição, como estratégia de garantir lucros sempre maiores, qual seja, a conquista desses clientes. Dessa forma, são os bancos os grandes responsáveis no processo de inclusão social e, consequentemente inclusão das classes menos favorecidas ao sistema financeiro, são eles os grandes agentes da bancarização.

A inclusão das classes menos favorecidas, chamadas classes C e D, que detém em sua grande maioria renda entre zero e dez salários mínimos e com nível de escolaridade baixo, traz as instituições financeiras lucros exorbitantes, pois o risco é controlado, a margem do “calote” é muito baixa. Mesmo com uma média de renda não alta, esses clientes pagam suas contas em dia. Nesse contexto, os bancos abrem uma frente de competição, como estratégia de garantir lucros sempre maiores, qual seja, a conquista desses clientes. Dessa forma, são os bancos os grandes responsáveis no processo de inclusão social e, consequentemente inclusão das classes menos favorecidas ao sistema financeiro, são eles os grandes agentes da bancarização.

**Gráfico 7 - Evolução de Depósitos à vista entre 2006 a 2010**



Fonte: Banco Central do Brasil/SGS, 2017

Elaboração: própria do Autor

Segundo Gonzalez (2013), o simples fato de ter acesso a uma conta bancária não significa que indivíduo é bancarizado efetivamente, pois se o mesmo não tem acesso ao

crédito não está incluído financeiramente. A inclusão acontece quando o banco é usado como instrumento para aumento da qualidade de vida do indivíduo e não apenas como acessório para receber seu salário.

A bancarização deve ter por princípio a inclusão social e promover a percepção do consumidor de ter suas necessidades atendidas de forma simples e transparente, que fortaleça a sua autoestima e promova a sua qualidade de vida e crescimento sustentável. (AMORIM, 2010, s/pg)

Alankardec (2008), mostra que o processo de bancarização tornou possível o acesso a contas bancárias pelas classes C e D e, assim utilizar os serviços e produtos que os bancos oferecem, dando as mesmas condições para todas as classes sociais.

#### **4.1. A falta de acesso ao crédito**

Essa seção trata das dificuldades de acesso ao Sistema Financeiro Nacional pelas classes menos favorecidas no Brasil, ditas C e D. Dentre muitas variáveis, algumas merecem destaques, tais como: A concentração da riqueza no período inflacionário; falta de políticas de crédito dos bancos; falta de educação financeira.

Segundo Fernando Nogueira da Costa (2015), O acesso popular a bancos e, portanto, o crédito é um importante mecanismo institucional de defesa do poder aquisitivo em uma economia que se caracteriza por volatilidade cambial e inflacionária. Principalmente durante o período de 1980 a 1990. Talvez o fator mais determinante da concentração da riqueza nesse período de “moeda indexada” tenha sido a possibilidade das castas dos guerreiros (militares e atletas), comerciantes (empresários e financistas) e sábios (tecnocratas e sacerdotes) defenderem suas rendas transformadas em saldos bancários com correção monetária (COSTA, 2015).

Enquanto as classes de baixa renda, que não possuíam acesso às contas correntes ou de poupança em bancos, não protegiam seu poder aquisitivo. O Brasil disputava com a África do Sul da época do apartheid racista o primeiro lugar do vergonhoso ranking de concentração de renda até o final dos anos 1990 (COSTA, 2015).

Variável muito importante pela falta de acesso ao crédito é sem dúvida a falta de educação financeira. A educação financeira é muito importante para que as nações tenham uma sustentabilidade em seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico. No Brasil ainda não existe uma política de educação financeira consistente, de modo a integrá-la nos currículos dos cursos de ensino fundamental, médio e superior (ROCHA, 2015).

A alfabetização financeira, ainda é definida por outros autores como o conhecimento

básico e a capacidade de decisão financeira relativas, principalmente na contratação de dívidas. E, nesta perspectiva, as decisões financeiras relacionadas ao planejamento do futuro (poupança, aposentadoria) estão da vez mais complexas e exigem dos indivíduos um nível de alfabetização financeira da vez mais elevado (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2011).

Potrich, Vieira e Kirch (2014) definem que “a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal ou a educação financeira, e a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais”.

Assim, a alfabetização financeira trata-se do conjunto de conhecimentos financeiros que formarão a consciência necessária para a consolidação da plena educação financeira, constituindo, portanto, na combinação da consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (POTRICH, VIEIRA, KIRCH, 2014).

#### **4.1.1. A crise na Educação Brasileira**

Quando observamos a olhos nus a falta de acesso ao Sistema Financeiro Nacional, pelas classes menos favorecidas, logo deparamos com o problema da Educação Brasileira de modo geral, não apenas a educação financeira. A falta de educação financeira é apenas um reflexo da má gestão da educação brasileira como um todo, ao longo, do período de Ditadura militar, de 1964 a 1985 estendendo-se pelos Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), até os dias de hoje. O período que se iniciou com a posse do General Ernesto Geisel, em 1974 e se encerrou em 1985 com general João Batista Figueiredo, caracterizou-se por longas crises, que conduziria a derrocada do regime militar, o enfraquecimento da aliança com a burguesia. (GERMANO, 2000, p. 211). No campo educacional, a partir do golpe de 1964, o Estado cria mecanismos legais e abre espaço para iniciativa privada, a educação passa a ser vista como negócio rentável. Os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

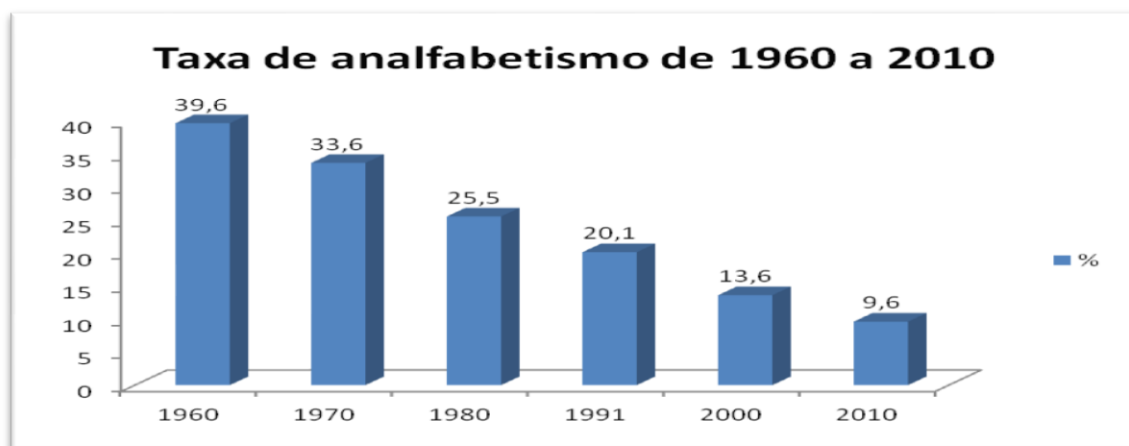
Os constituintes de 1967 deixaram claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no



montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível.

As mudanças trazidas pelo Governo militar, serviu apenas para regular o mercado de trabalho, atender também uma demanda social, no sentindo que os empregadores exigiam um nível mais elevado do ensino. A mudança tornando o ensino de 8 anos obrigatório, não teve muito efeito pois número de vagas era insuficiente, excluindo as camadas de baixa renda da escola, mesmo sendo um direito assegurado por lei. Germano (2005), aponta para uma situação mais alarmante. Utilizando dados da Unicamp (1987), apresenta que houve uma expansão no número de matrículas no ensino de 1º grau da ordem de aproximadamente 40%, entre 1973 e 1985. Isto possibilitou um aumento da taxa de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos em torno de 8,8% em 12 anos. No entanto, havia ainda cerca de 15% da população em idade escolar, em 1985, sem acesso à escola, ao mesmo tempo que 18,8% da matrícula nas séries do 1º grau compunha-se de alunos que estão fora da faixa etária de escolarização obrigatória.

**Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo do período da Ditadura até 2010**



Fonte IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: própria do Autor

Paralelamente, os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram, o que interferiu: na estrutura física das escolas, que apresentaram condições precárias de uso; no número de professores leigos, que aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais

grave na região do Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau; e nos salários e condições de trabalho dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração. Esse quadro apresentado por Germano (2005) demonstra que, embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, foi ofertada a esse público uma educação de baixa qualidade e de segunda categoria. Isso manteve as taxas de evasão e repetência em níveis elevados.

Com o fim da ditadura militar, a educação passou por um processo de grande transformação. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), incluiu a educação infantil na educação básica. Com a nova Constituição de 1988 a Educação é colocada como direito subjetivo de todos, ou seja, qualquer um que queira estudar, mesmo fora da idade obrigatória, terá sua vaga garantida. Isso fez com que houvesse a necessidade de maior investimento, para abertura de novas escolas e na formação de docentes.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do Brasil. Após muito debate a LDB é promulgada com a relatoria de Darcy Ribeiro, reforçando o que havia sido aprovado na constituição de 1988 como a municipalização da educação do ensino fundamental, a formação em nível superior para o quadro docente e, a educação infantil como etapa inicial da Educação Básica.

No período de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como presidente da república, a educação passou por mais uma mudança, o programa Educação solidária. Criada por FHC em 1997 é extinto e adota-se o programa Brasil Alfabetizado, tinha como meta a erradicação do analfabetismo. Esse esforço surtiu efeito e a taxa de analfabetismo caiu de quem tem 15 anos ou mais, essa queda foi interrompida em 2012, sem razões aparentes e sem qualquer análise.

Fato que se observa muito claramente nesse período, de 1995 a 2010, é o crescimento acelerado de Educação Superior no Brasil. Fruto de um crescimento desmedido e sem controle da oferta privada de ensino. Ao observarmos os dados divulgados pelo MEC/INEP - 2011, deparamos com um crescimento no número de matrícula na ordem de 262,52%, num espaço de 16 anos, em números absolutos, as matrículas, incluindo EAD e Presencial, de 1.759.703 em 1995 para 6.379.299 em 2010.

Como já exposto, o crescimento de matrículas entre 1995 e 2010 na ordem de 262,52%, porém quando observamos essa expansão de ensino superior, a oferta privada é na ordem de 347,15% enquanto a oferta pública fica na ordem de 134,58%. Se, por um lado, o crescimento da rede privada se deu na sua grande maioria no Governo de Luiz Inácio Lula da

Silva, que não se definia como neoliberal, por outro lado, o crescimento da rede pública superior se deu, quase na sua totalidade, ou seja, os 134,58% também durante seu mandato, (2003 a 2010), por meio do programa REUNI.

A crítica feita por especialistas da OCDE, é que o problema do Brasil não está no montante investido em educação, que é algo acima de 5% do PIB, acima até da média de muitos países ricos, está na alocação errada desse recurso, que não é distribuído de forma eficiente e nem torna a economia mais eficiente. Segundo o relatório se o investimento fosse em educação básica para todos os adolescentes até 15 anos o PIB do país poderia crescer até 7 vezes o valor atual (PINHEIRO, 2015).

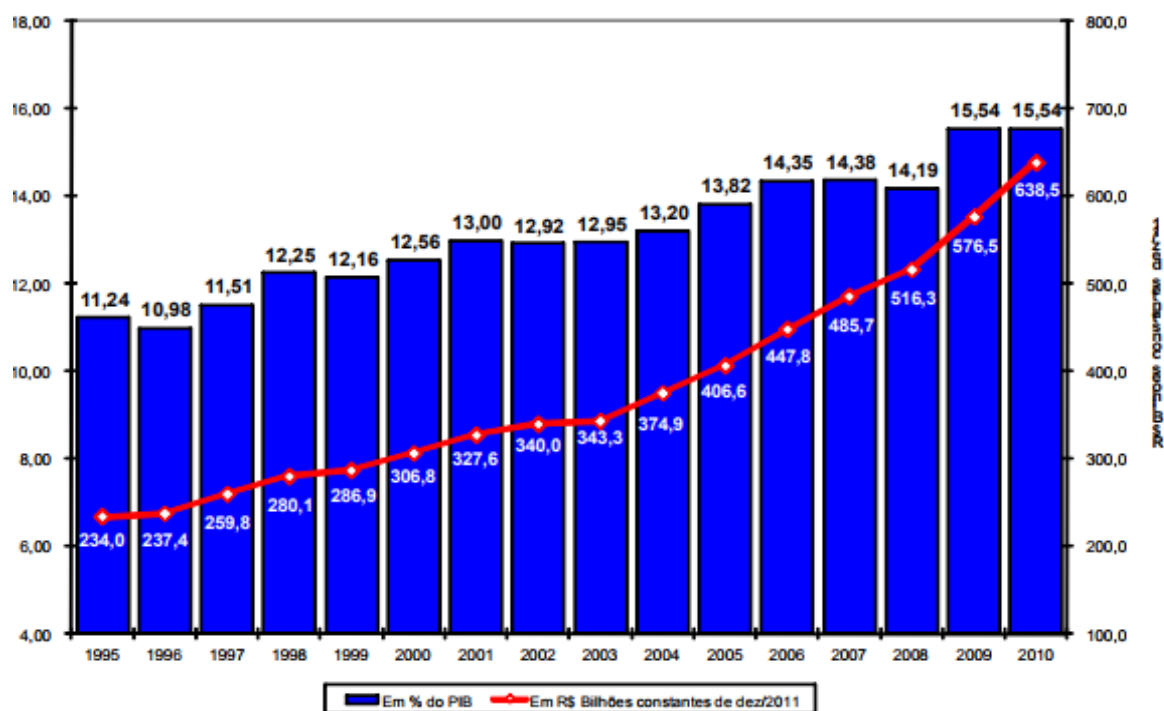
#### **4.2. Políticas públicas**

Segundo Ricardo Canan (2014), o fenômeno da bancarização acentuou-se sobremaneira nas últimas décadas. Até mesmo o Estado, na realização de políticas públicas, utiliza-se do sistema financeiro. Principalmente em virtude da facilidade de acesso da população a este sistema, pois é enormemente ramificado, políticas públicas de concessão de crédito, tanto como incentivo para indústria, comércio, prestação de serviço e agricultura, como para proporcionar meios de início de uma atividade econômica ou, ainda, para distribuir auxílio para a população carente, são viabilizadas através do sistema financeiro. É difícil imaginar como ocorreriam de maneira diversa.

No que tange as Políticas de inclusão social, principalmente para aqueles que viviam abaixo da linha da pobreza, segundo Sonia Draibe (2003), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política social proposta e definida era ambiciosa e complexa, dita “universalizante”. Foram apresentadas em 1996 no documento intitulado “Uma estratégia de desenvolvimento social” (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996). O núcleo central do projeto era composto por três eixos de programas, a saber: os serviços básicos de vocação universal e responsabilidade pública; os programas básicos e o programa de enfrentamento da pobreza. FHC criou a Rede Social Brasileira de proteção Social, que era um conjunto de transferência de renda a pessoas e famílias de baixa renda, que era composta pelos seguintes programas: Bolsa-Escola (MEC); Bolsa-Alimentação (MS); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) (MPAS); Programa do Agente Jovem (MPAS); Bolsa-Qualificação (MT); Benefício Mensal – Idoso (MPAS); Benefício Mensal – Portadores de Deficiência (MPAS); Renda Mensal Vitalícia (MPAS) Bolsa-Renda

(seguro-safra) (MA); Auxílio-gás (MME); Aposentadorias Rurais (MPAS); Abono Salarial PIS/Pasep (CEF); Seguro-desemprego (MT) (DRAIBE, 2013).

**Gráfico 9 - Trajetória do Gasto Social Federal de 1995-2010**



Fonte: SIAFI/SIDOR

Elaboração: Disoc/Ipea.

O Gráfico acima demonstra a elevação dos Gastos Sociais do período de 1995 a 2010, um crescimento real de 172% em 16 anos, partindo de 234 Bilhões e alcançando 638 Bilhões em 2010.

Segundo a jornalista Marcia Lage, FHC passou sete anos de seu mandato muito preocupado com privatizações, gerando desemprego, arrocho salarial e mais concentração de renda, todos os programas de transferência de renda, na realidade, se resumiram em dois; a bolsa escola e a renda mínima, que foram fundidos em um só, reduzindo o benefício e gerando dependência, sem promover as transformações sociais tão divulgadas. (REVISTA FENAE AGORA, 2001)

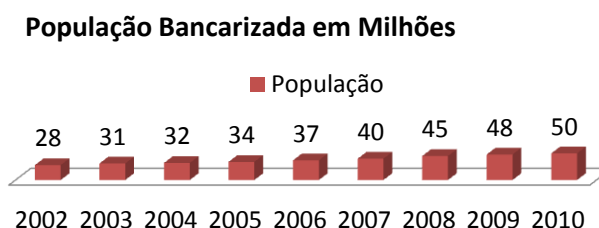
Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república em 2003 e encontrou uma situação crítica, a inflação batia 12,5%; a taxa básica de juros (Selic) estava em 25%. Entre 2001 e 2002 o risco Brasil praticamente dobrou, as reservas internacionais encontravam-se num patamar muito baixo; a relação dívida externa/PIB atingiu 42% e a dívida pública 57% do PIB. Juntando a isso a desconfiança em relação ao PT e ao presidente

recém-eleito (FOGNANI, 2011, p. 4)

Nesse cenário, Lula criou, talvez o mais importante programa de inclusão social e transferência direta de renda do mundo, o Bolsa família, que fazia parte do projeto Brasil sem miséria. Basicamente ele dá, de certa forma, continuidade aos projetos iniciados por FHC, na prática, grosso modo, ele uniu todos os “Bolsas” e “Vales” de Fernando Henrique, em um só programa. A grande diferença é que Lula “focalizou” para poder “universalizar” o direito de acesso a uma renda mínima familiar garantindo a alimentação em todos os municípios brasileiros.

Todos esses programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, tem efeito positivo sobre a desigualdade social, levando-se em conta o custo e o alcance do programa e, contribui significativamente para a demanda de serviços financeiros, bancariza e inclui as classes menos favorecidas no sistema financeiro. A Caixa Econômica Federal, por ser um braço do Governo Federal na execução das políticas públicas de transferência direta de renda, atua como grande agente da inclusão financeira e bancarização pela proximidade com os beneficiários, não excluindo outros bancos públicos ou privados desse processo. O Bolsa Família, que não concede crédito, mas exige a bancarização para que seja possível à população obter o auxílio, que é prestado em dinheiro (CANAN, 2009). O gráfico abaixo mostra a população bancarização entre o final do Governo de FHC e os 2 mandatos de LULA – reflexo das Políticas Públicas de transferência de Renda.

**Gráfico 10 - Brasil: população bancarizada: 2002 a 2010 (em milhões)**



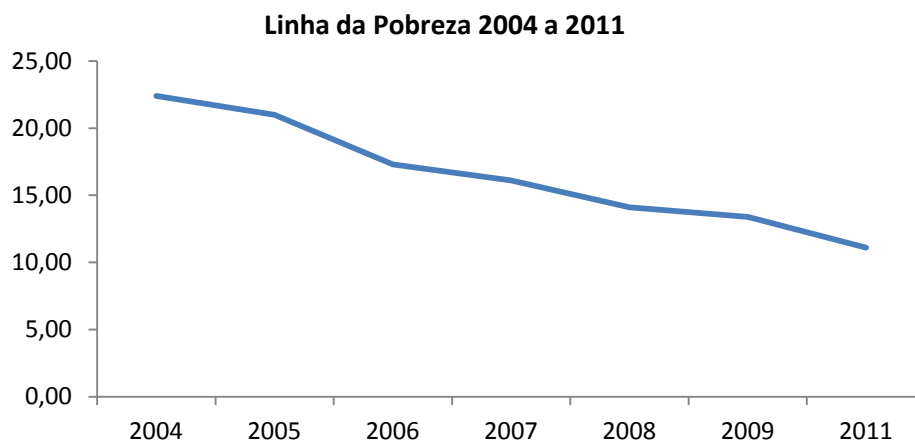
Fonte: Banco Central do Brasil, micro dados; FEBRABAN, 2012

Elaboração: própria do Autor

O acesso das classes de baixa renda ao sistema financeiro, a partir das políticas públicas, principalmente os de transferência de renda direta, “Bolsa Família”, fez com que boa parte da população que vivia abaixo da linha da pobreza pudesse ter seus direitos sociais básicos amplamente atendidos (MOREIRA et al, 2014, p.6).

O Gráfico 11 mostra a queda percentual da população que vivia abaixo da Linha da Pobreza Baseada no Decreto 7492 (Brasil sem Miséria).

**Gráfico 11 - Brasil: população abaixo da Linha da Pobreza - 2004 a 2011**



Fonte: Ipeadata.gov.br/Default.aspx.

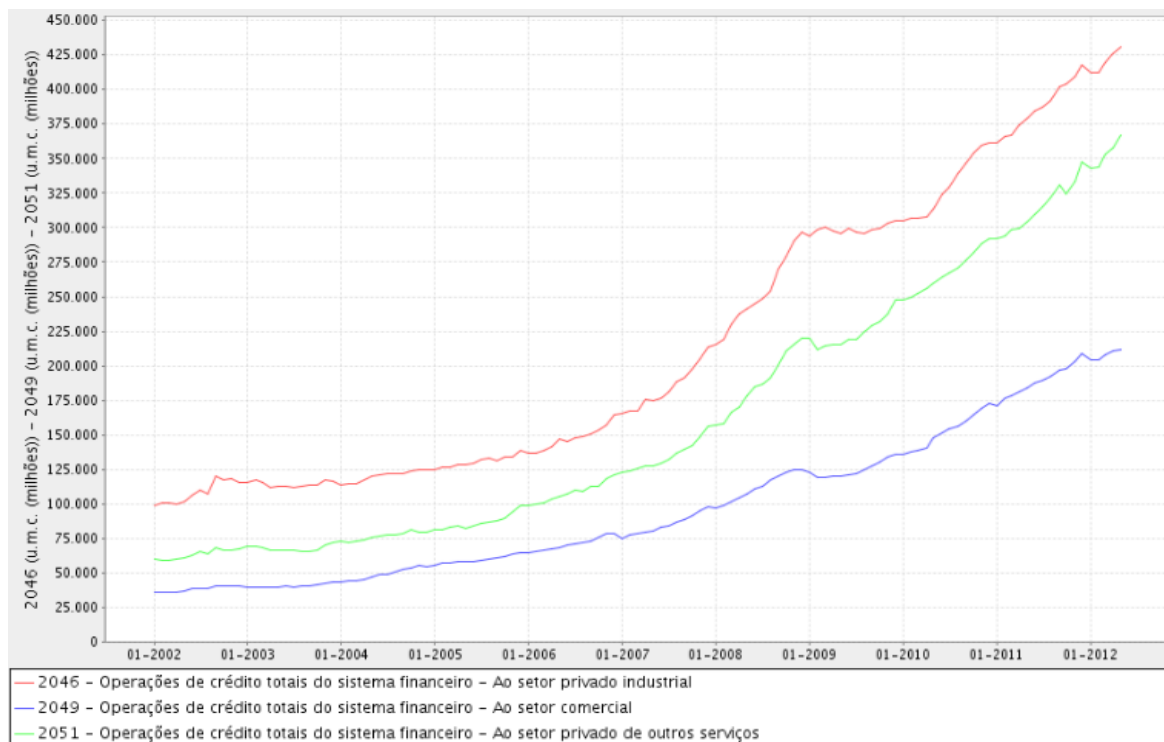
Elaboração: própria do Autor

Pois bem, neste período, os Governos não apenas fizeram políticas de inclusão social, através de programas de transferências de renda, como os vistos anteriormente, o uso do crédito destacou-se como uma forma de combate à pobreza, e também como uma forma de incentivo ao desenvolvimento econômico em praticamente todos os setores da economia, vale dizer, agricultura, indústria, comércio e prestação de serviços. Como exemplo, é possível citar uma série de políticas públicas, apenas na esfera do Governo Federal, que faz uso do crédito voltado para o setor privado. Na agropecuária há o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Sistema Nacional de Crédito Rural que é orientado pelo Banco Central do Brasil com diretrizes traçadas no Manual de Crédito Rural (MCR) e Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura. Na indústria há a Política de Desenvolvimento Produtivo, o Programa Brasileiro de Design (PBD) e a Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos.

No comércio e prestação de serviços há o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), além das linhas de crédito viabilizadas através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). É ainda possível citar a existência de políticas públicas em áreas estratégicas, como a energia, que utilizam o crédito. Assim, o

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), todos mantidos pelo Ministério de Minas e Energia. (ESPINDOLA, 2016)

**Gráfico 12 - Evolução do Crédito concedido ao setor Industrial, comercial e de serviços através de políticas públicas.**

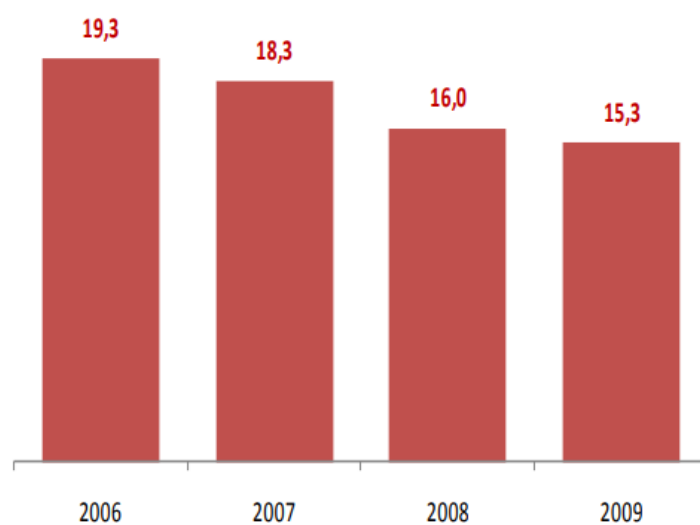


Fonte: Banco Central do Brasil /2012

Elaboração: Leandro Roque-Misses Brasil

Estas políticas públicas se viabilizam pelo crédito e/ou pela bancarização, e têm na concessão do crédito o ponto final da relação entre o Estado e o particular. Em outras palavras, a concessão do crédito é o último passo dado pelo Estado, dentro da cadeia de atos da política pública. Receber o crédito e, posteriormente, restituí-lo ao agente financiador não são mais passos exclusivos do Estado, pois transferidos em boa parte às instituições financeiras. Existem outras políticas públicas, entretanto, que tem o crédito, com a necessária bancarização, não como ponto final entre o Estado e o particular, mas uma etapa intermediária da política pública, é o exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, como também dos financiamentos concedidos para estudos e pesquisa, e o Projeto Segundo Tempo, mantido pelo Ministério do Esporte.

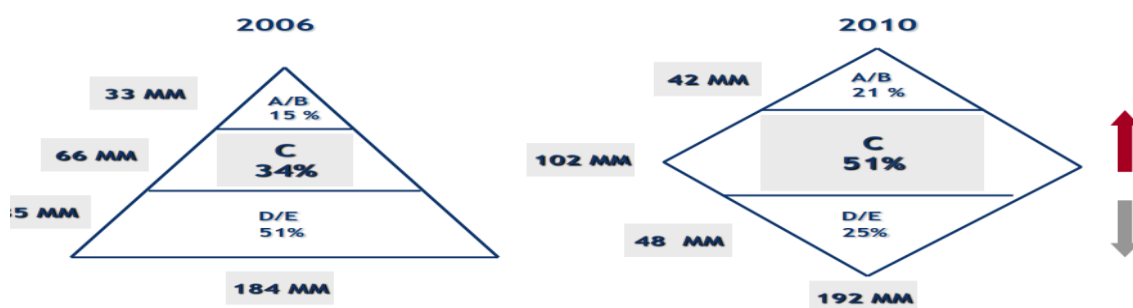
**Gráfico 13 - Taxa de redução da pobreza: 2006 a 2009**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Elaboração: Mario Cesar (FEBRABAN, 2011)

As Políticas Públicas foram responsáveis pela grande transformação e inclusão das classes menos favorecidas, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 14 - Ascensão das classes menos favorecidas.**



Fonte: Pesquisa Ipsos/Celetem, 2011



### 4.3. O acesso ao crédito

No Dicionário Aurélio a palavra crédito significa, em sentido lato, segurança de que alguma coisa é verdadeira; confiança; boa reputação; consideração (FERREIRA, 1999: 575), e em sentido econômico a cessão de mercadoria, serviço ou importância em dinheiro, para pagamento futuro ou a facilidade de obter empréstimos (BARONE, 2008).

A partir de 1995, com a eliminação da inércia inflacionária, no período de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república (1995-2002), em função desse cenário, o governo assume o papel de formulador de uma série de políticas que restaurasse o nível de emprego, contivesse o empobrecimento da população e, encontrou no acesso ao crédito uma alternativa, dentro de um contexto de desenvolvimento local e sustentado, capaz de gerar inclusão e bancarização das classes menos favorecidas ao Sistema Financeiro Nacional (BARONE, 2008).

Nesse contexto, são criadas várias linhas de crédito que pudesse atender a essa nova demanda, gerada pelo processo de estabilização monetária, digo, Plano Real. Ressalta-se aí, no Governo de FHC, como carro chefe de inclusão das classes menos favorecidas, o Microcrédito, que é definido como componente de uma nova estratégia de desenvolvimento social para o Brasil. A nova Lei do terceiro setor (Lei 9.970/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e a criação pelo CMN – da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Individual. (BARONE, DANTAS et al, 2002, p.7)

O microcrédito representa um insumo fundamental para o sucesso dos processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento, capaz de promover inclusão social das classes menos favorecidas, bancarização e consequente inclusão financeira. (BARONE; ZOUAIN, 2007, p.05).

Ao longo de seis anos foram realizadas 15 rodadas sobre temas-chave de uma agenda de desenvolvimento social para o Brasil, sendo que três (Alternativas de Ocupação e Renda; Marco Legal do Terceiro Setor; e Expansão do Microcrédito no Brasil) contribuíram para a indução, formulação e implementação, direta ou indiretamente, de políticas públicas de acesso ao crédito como forma de combate à pobreza e a inclusão social. (BARONE; ZOUAIN, 2007, p.05).

Como sugere Kraychete (2005, p.138), o microcrédito veio somar contribuições no acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros (MIGUEL, 2012, p.15).

As medidas voltadas para a ampliação da oferta de créditos na modalidade “microcrédito”, que, quando ofertado por agência bancária, o cliente é incentivado a abrir conta na própria instituição, como também pela medida do governo que permite aos trabalhadores de baixa renda demandar financiamentos e realizar operações de arrendamento mercantil, autorizando o desconto das parcelas em folha de pagamento.

Durante os oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, o microcrédito era entendido como crédito produtivo, capaz de gerar emprego e renda, fato que não acabou incluindo uma massa da população no sistema financeiro, as camadas de baixa renda.

A partir de 2003, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, há um novo impulso ao desenvolvimento, e o crédito voltado principalmente ao consumo, que é o carro chefe da política macroeconômica de Lula. Segundo Barone (2008), ocorre uma ruptura do modelo político vigente no país nos últimos 20 anos. O conceito de crédito passa a ter uma visão mais ampla, principalmente no que tange a inclusão das classes menos favorecidas, focando principalmente na bancarização. O microcrédito agora passa ser concedido de forma indistinta, tanto para produção como para consumo.

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008), duas inovações foram, em grande medida, responsáveis por essa ampliação dos serviços financeiros destinados à população de baixa renda. Tais medidas nos remetem a: 1) Criação das contas simplificadas (bancarização): diz respeito a um processo de desburocratização de exigibilidades com o intuito de facilitar a abertura de contas-correntes. Este processo tinha como meta incluir grande parcela da população, principalmente de baixa renda, ao sistema financeiro.

Segundo Feltrim, Ventura e Dodl (2009) “[...] [as contas simplificadas] rapidamente atingiram a casa de milhões de novos correntistas. Entretanto, deve-se ponderar que o crédito disponibilizado focalizou as necessidades de consumo”; 2) Criação da Medida Provisória nº 122 de 2003, que estabelecia a obrigatoriedade de aplicação de um percentual de 2% dos depósitos à vista da totalidade do sistema financeiro em operações relacionadas ao setor de microcrédito, que estimula a bancarização para a população de baixa renda. O saldo dessa porcentagem que não fosse aplicada, conforme determinação, seria retida no Banco Central sem qualquer remuneração. Assim como elaborado por Feltrim, Ventura e Dodl (2009), esta medida incorreu em pouco sucesso, visto que havia retenção, por parte do sistema financeiro, de boa parcela dos recursos de exigibilidade (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009).

Neste contexto os bancos públicos, lançam programas de inclusão ao sistema

financeiro, a Caixa Econômica Federal, lançou programa Caixa Aqui e o Banco do Brasil criou o banco popular do Brasil. Não podemos excluir desse processo os bancos privados, que também entraram nesse novo mercado, é o exemplo do Bradesco que ganhou a licitação do Banco Postal, esse processo gerou uma grande rede de correspondentes bancários: Padarias; farmácias, mercados e agências do correios e telégrafos.

Entre o final do Governo de FHC e o início do segundo mandato de Lula, a quantidade de contas correntes salta de 43,3 milhões para 62,8 milhões, um avanço de 57,5%, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 - Evolução do número de contas correntes: 2001 a 2007**

Tipo	Período						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Clientes de contas correntes	43,3	45,6	45,9	50,4	53,7	58,3	62,8
Clientes de poupanças	51,2	58,2	62,4	67,9	70,8	71,3	71,2

Fonte: Dados do Bacen, 2008.

Elaboração: Barone e Zouain

Apesar dos relativos avanços na oferta de serviços financeiros, tais inovações foram insuficientes para atender às necessidades das Instituições do Mercado Financeiro (IMFs) em acessar os recursos disponíveis. Nesse sentido, é possível observar uma mobilização entre elas com o intuito de reivindicar participação na organização de políticas públicas voltadas ao fomento do setor microfinanceiro.

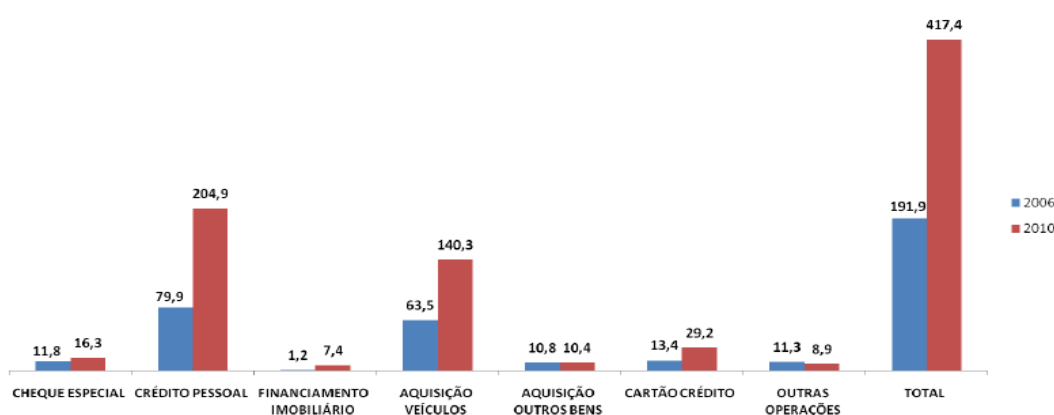
Baseado em tais reivindicações e sob influência do ambiente favorável criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se decidiu por adotar o ano de 2005 como o ano Internacional do microcrédito, o governo federal instituiu, através da Medida Provisória nº 226 de 2004, convertida na Lei Nº 11.110 de 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que, por sua vez, era gerido por um comitê interministerial, com associação entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento Social, permitindo então que as instituições de Microcrédito usassem as Linhas de crédito do Funproger para microcrédito orientado (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009).

Historicamente, desde 2004, as disponibilidades exigidas (2% s/depósitos à vista) superam, em muito, as operações de empréstimos. Em julho de 2010 o volume de recursos

disponíveis somava R\$ 3,1 bilhões enquanto que as aplicações totalizavam R\$ 2,2 bilhões, R\$ 1,1 bilhão estavam recolhidos, sem remuneração, ao Banco Central. (FEBRABAN, 2011).

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva não se restringiu apenas ao microcrédito, como política de acesso ao crédito. Com o aumento real do salário mínimo, Lula ampliou o crédito, incentivando o consumo e promovendo um grande aumento do acesso ao sistema financeiro das camadas de baixa renda, diminuindo a taxa de desemprego e gerando aumento na formação bruta de capital fixo. O volume de empréstimos das pessoas saltou 117% entre 2006 e 2010 como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 15 - O volume de empréstimos: 2006 a 2010**



Fonte: Banco Central do Brasil e Febraban

Com a valorização do salário mínimo no Governo do presidente Lula, ele promove a estruturação do crédito à pessoa física. Estabelecendo garantias aos bancos, o chamado “credito consignado”, estabelecido pela medida provisória de 2003, provocando um aumento significativo do consumo, essa linha de crédito trata-se de um empréstimo com garantias reais, pois o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento dos contratantes ou beneficiários da previdência social.

O quadro abaixo mostra a diferença das políticas de credito adotada por Lula e Fernando Henrique Cardoso e o impacto sobre a bancarização.

**Quadro 1 - A Política Social da expansão do crédito: 1995 a 2005**

GOVERNO LULA 2003/2005	GOVERNO FHC 1995/2002
<p>Crédito consignado para todos os trabalhadores. Crédito consignado para aposentados do INSS. Mais de 6 milhões de contas bancárias simplificadas, isentas de tarifa. Destinação de 2% dos Depósitos à Vista nos bancos para microcrédito com taxa de juros máxima de 2%. Mais de 7,5 milhões de contratos de microcrédito.</p>	<p>Crédito consignado apenas para funcionários públicos. –</p> <p>Nenhuma obrigação de destinar parte dos recursos do sistema bancário para o microcrédito.</p>
<p>Recursos Federais para habitação no último ano de governo: R\$ 10,3 bilhões (projeção) Atendimento habitacional para famílias com renda de até 3 salários mínimos = 46% Média Anual de Unidades Habitacionais financiadas: 397 mil.</p>	<p>Recursos Federais para habitação no último ano de governo: R\$ 5,2 bilhões Atendimento habitacional para famílias com renda de até 3 salários-mínimos = 32% Média Anual de Unidades Habitacionais financiadas: 238 mil</p>

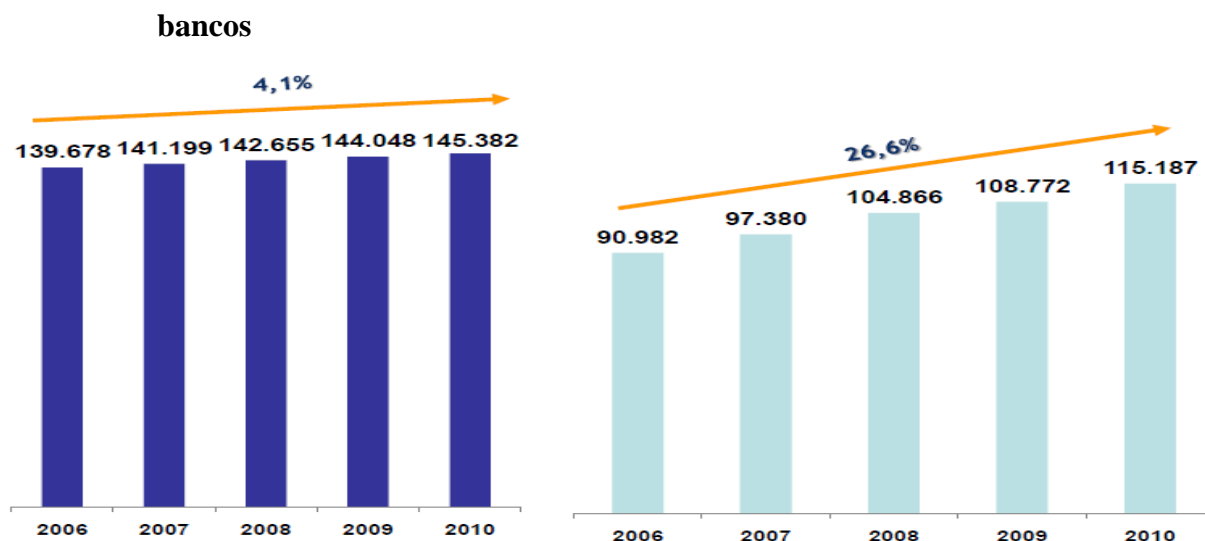
Fonte: Brasil: Primeiro Tempo/Mercadante, 2006

É possível notar um esforço crescente, tanto de atores do governo como por parte dos atores do mercado, principalmente relacionado às duas últimas décadas, para se incluir grande parte da população de baixa renda no sistema financeiro brasileiro. Nesse cenário o acesso ao crédito teve fundamental importância nesse processo, incluindo e bancarizando as classes até então a margem do sistema financeiro.

Segundo o Relatório Anual Febraban/2011, o acesso ao crédito promoveu maior bancarização e uso de serviços financeiros, pessoas com relacionamento ativo com bancos saltou em 26,6%, superior até ao crescimento da população adulta que foi 4,1% a expansão dos depósitos foram na ordem 69,5%, dos empréstimos a pessoas em 117% e aumento das transações bancárias em 35,7%. O crescimento econômico brasileiro beneficiou amplamente a população, estimulou mobilidade social e gerou um expressivo exército de consumidores, algo em torno de 36 milhões de pessoas.

No Gráfico 16 tem-se o comparativo segundo relatório Febraban entre o Crescimento da População (a esquerda) em relação ao relacionamento com bancos (a direita):

**Gráfico 16 - Comparativo Febraban: crescimento da População X relacionamento com**

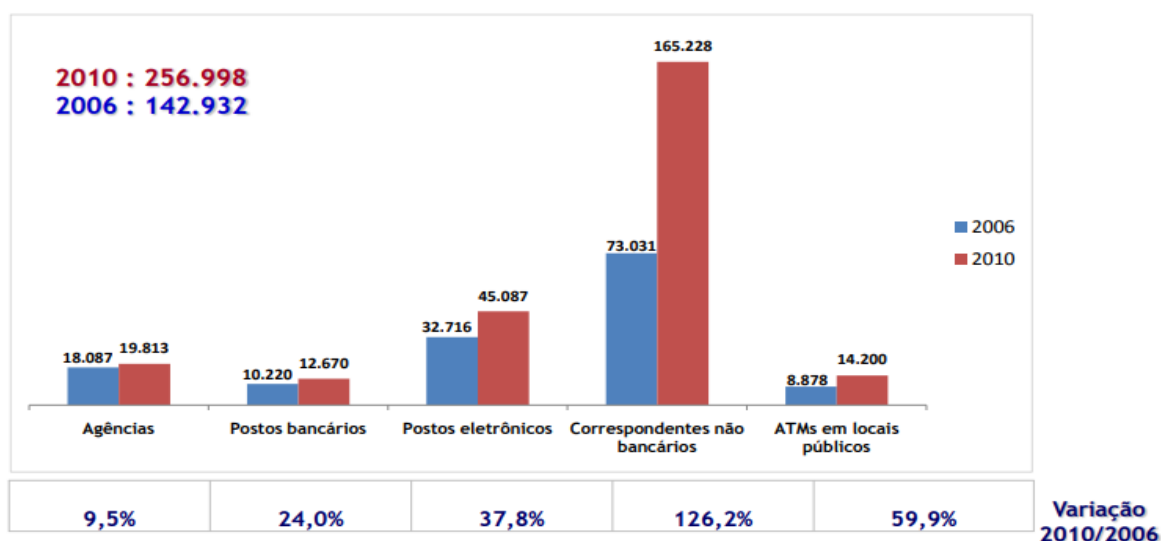


Fonte: IPEA, Bacen e Febraban  
Elaboração: Mario Sérgio, 2011

De acordo com a FEBRABAN, a carteira de crédito do sistema financeiro brasileiro continuou em crescimento, os bancos promoveram um ajuste nos seus portfólios de ofertas, microcrédito, micro seguros, poupanças e financiamentos imobiliários para baixa renda, com respaldo regulatório e jurídico. Além desse ajuste, houve intensificação na rede de atendimento, privilegiando estruturas de baixo custo e atendimento remoto eletrônico.

A Rede atendimento cresceu, de modo geral, de 2006 a 2010 79,8%, a rede de correspondentes saltou 126,2% no mesmo período, conforme gráfico detalhado abaixo:

**Gráfico 17 - Crescimento Rede de Atendimento bancário: 2006 a 2010**

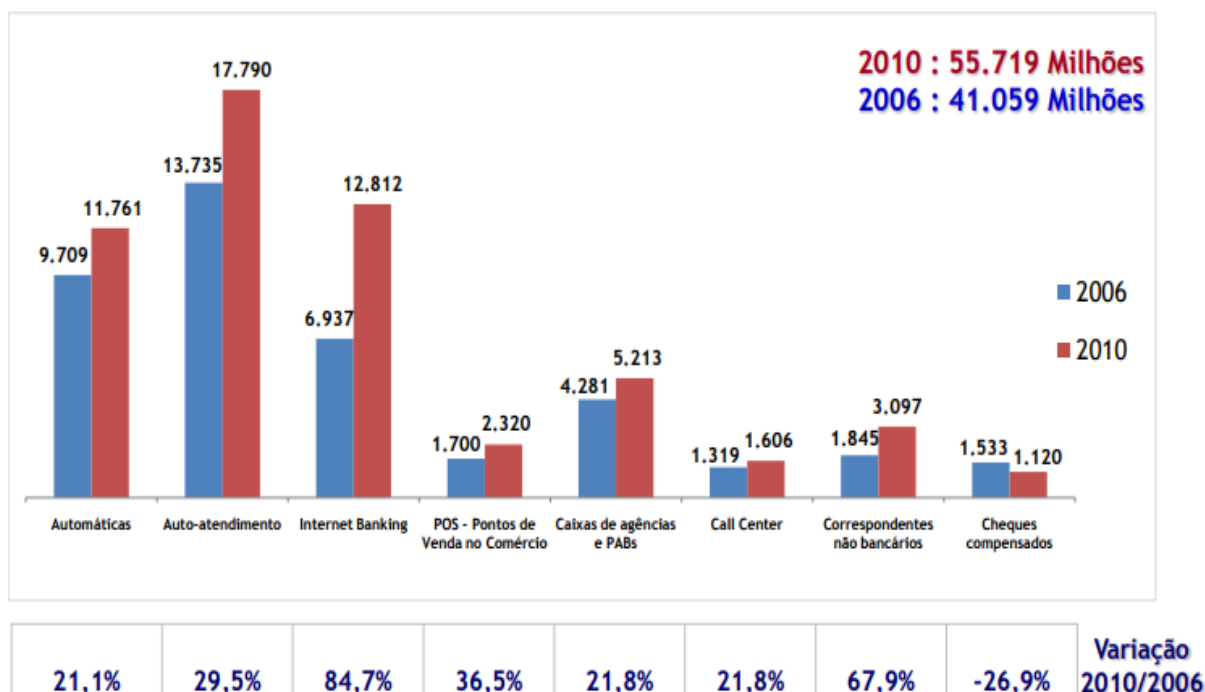


Fonte: Banco Central do Brasil e Febraban, 2011

A expansão do crescimento das transações bancárias, segundo dados da FEBRABAN,

impressiona, um crescimento na ordem 35,7%, geraram em torno 14.660 milhões de transações bancárias no período de 2006 a 2010, conforme vemos abaixo:

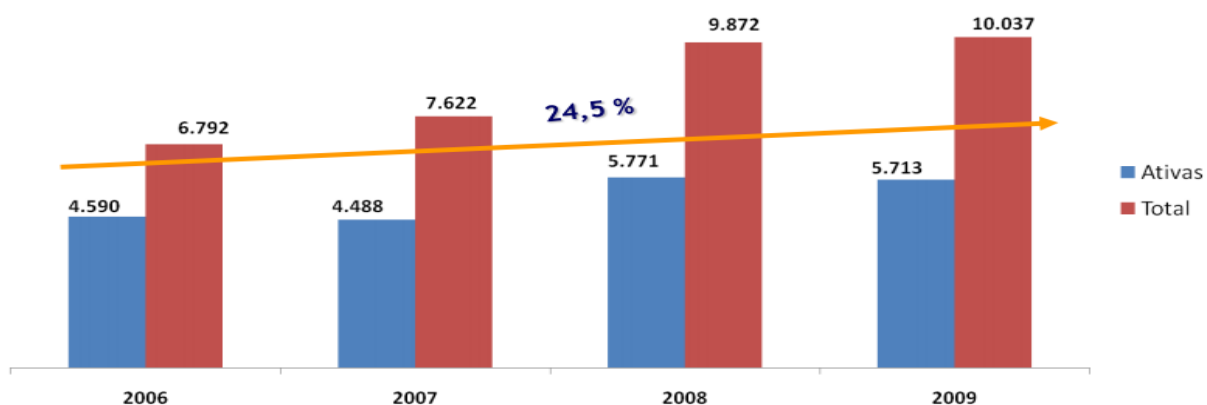
**Gráfico 18 - Crescimento das transações Bancárias: 2006 a 2010**



Fonte: Febraban, 2011

O volume de acesso as contas simplificadas, contas correntes, poupanças, o uso de cartões (crédito e débito) e clientes com internet banking, avançaram de forma contundente com a expansão do crédito pelas camadas menos favorecidas, principalmente no segundo mandato do presidente Lula. Houve uma queda na desigualdade, quando comparamos os períodos dos governos de FHC e LULA. Os Gráficos a seguir, a partir do relatório Febraban/2011, apresentam os dados de crescimento desse período, das contas simplificadas e uso de cartões de débito e crédito, que são indicadores de bancarização e consequente inclusão financeira das classes menos favorecidas no Brasil, durante esse período.

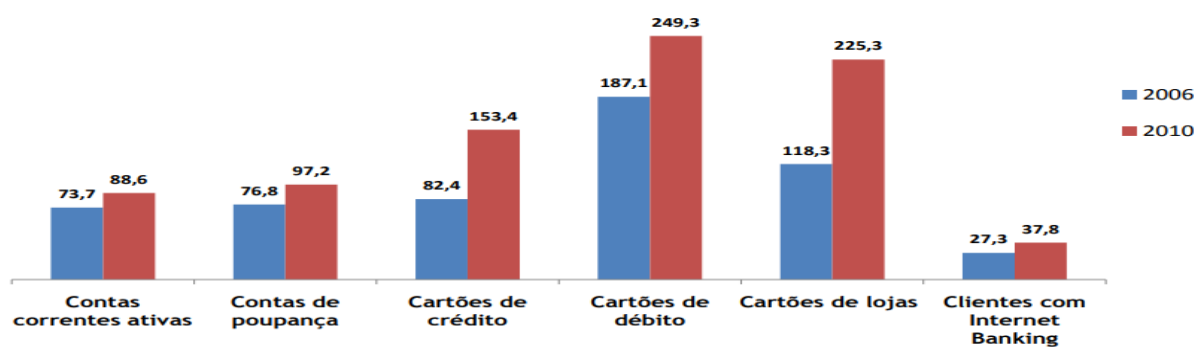
**Gráfico 19 - O avanço das contas simplificadas: 2006 a 2010 (em milhares)**



Fonte: Banco Central do Brasil e Febraban, 2011

O Gráfico 20 representa o aumento do número de contas correntes e poupança além do uso de cartões de débito e crédito e internet banking:

**Gráfico 20 - Comparativo no uso de tipo de contas: 2006 e 2010 (em milhões)**



Fonte: Febraban e ABECS, 2010



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1995 a 2010, respectivamente os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio “Lula” da Silva, foi de grande importância no sentido de construção de uma estratégia de proteção e ascensão social e, baseado no desenvolvimento econômico sustentável, com estabilidade e distribuição de renda.

Com o fim da hiperinflação no Brasil, vivida principalmente durante toda a década de 1980, a partir do Plano Real em 1994, plano de estabilidade econômica implantado por Fernando Henrique Cardoso, os bancos sofreram com a perda de seus ganhos extraordinários, oriundos do floating e, posteriormente passaram por grande reestruturação na década de 1990, trazendo grande impacto no sistema financeiro nacional.

Neste sentido, a bancarização foi sem dúvida o grande instrumento de inclusão social e consequente inclusão financeira das classes menos favorecidas no Brasil nesse período. As políticas públicas de transferência direta de renda, implantadas pelos governos durante o período de 1995 a 2010, com crescimento da economia e geração de empregos, em ambiente de estabilidade de preços, permitiram a manutenção do nível de renda da população. Aliadas a políticas de expansão do crédito, gerou uma dinâmica de consumo das camadas de baixa renda e fez com que os bancos, principalmente os bancos públicos, criassem novos produtos e mecanismos de expansão das suas redes de atendimento.

Foi sem dúvida um período de grande crescimento econômico. A bancarização e a inclusão financeira, como consequência de políticas de consumo, puderam contribuir para o desenvolvimento sustentável do país como instrumento de redução da pobreza e como meio de combate à desigualdade social, tendo o Estado papel de grande regulador e facilitador da mobilidade social, criando assim, por seu intermédio, um contingente de aproximadamente 36 milhões de novos consumidores.

Por fim, a bancarização viabiliza o enfrentamento de maior vulnerabilidade, permite o acesso aos programas sociais, evita que os menos favorecidos percam oportunidades de emprego, pelo simples fato de não terem uma maneira correta de receberem seus salários, a bancarização equaliza as condições de vida das classes menos favorecidas e é requisito essencial para a inclusão financeira reduzindo a pobreza e a desigualdade de renda.

Deste modo, pode-se afirmar que a evolução e as transformações do Sistema Financeiro Nacional, nos últimos anos, contribuíram fundamentalmente para a inclusão financeira e consequente inclusão social, através do processo de bancarização, das classes

menos favorecidas no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, B. C. de; ASSUNÇÃO, J. J. Efeitos da hiperinflação sobre a expansão do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro, 2013. 40p. **Dissertação de Mestrado** Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BANCO DO BRASIL (BB). **História do Banco do Brasil**. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB1.pdf?codigoMenu=1426>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. 2009.

CANAN, Ricardo. Políticas públicas de concessão de crédito: distorções e suas correções através do Código de Defesa do Consumidor. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 44, 2014.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. M. Ajuste externo e desequilíbrio externo: 1980-84. **A Ordem do Progresso**, v. 100, p. 323-346, 1992.

CASTRO, L. B. de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A história da Nova República

(1985-1989). Capítulo 5. In: GIANBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2011

CORAZZA, G. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/PPGE, 2000.

DA COSTA, Fernando Nogueira. **Entrevista**. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/bancarizacao-e-financeirizacao/#sthash.YMFPPp>>. Acesso em 17 abr. 2017.

DRAIBE, Sonia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

ESPINDOLA, Nicolli Cesconetto et al. **Reestruturação do sistema bancário brasileiro no período pósestabilização macroeconômica**. 2016.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **SER Social, Brasília**, v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011

FEBRABAN. (2013). **Pesquisa Febraban relatório bancarização 2010**. Disponível em: < [http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id\\_pagina=67/](http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67/) >. Acesso: 07 outubro 2017.

FEBRABAN. (2014). **Pesquisa Febraban relatório bancarização 2011**. Disponível em: < [http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id\\_pagina=67/](http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67/) >. Acesso: 07 outubro 2017.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F; DODL, A. V. B. (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: Bacen, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio—O Dicionário da Língua Portuguesa: Século XXI. **São Paulo: Nova Fronteira**, p. 682, 1999.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Jornal**, v. 12, n. 2, 2013.

GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisas em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOLDSMITH, R.W. **Brasil 1850-1984**: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo: Harper & Raw do Brasil, 1986.

KRAYCHETE, Elza. “Entre o microcrédito e a “bancarização”: impasses para a constituição de um mercado de microfinanças adequado às necessidades dos microempreendedores”. In ***IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública***, Madrid, España, 2 – 5 nov. 2004

LAGE, Márcia. Entrevista. **A má distribuição de renda a principal causa da fome**. Disponível em revista FENAE AGORA, 2001 pg. 13. Acesso em novembro de 2017.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UnB, 1989.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão

Popular, 2011.

NISKI, Felipe Macedo. **O cooperativismo de crédito e a bancarização**: transformações nos aspectos institucionais de seu desenvolvimento. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Economia. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/conomia298944>. acesso em: 20 de abr.2017.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

REVISTA VISÃO. nº 21, ano XII. São Paulo: Abril Cultural, maio/92, p. 35.

(REVISTA FENAE AGORA, 2001) = p. 35

SIQUEIRA, A. C. T. **A história dos bancos no Brasil**: das casas bancárias aos conglomerados financeiros. Rio de Janeiro: COP Editora, 2007.